

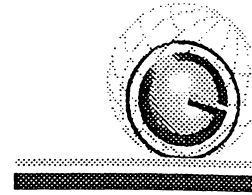
JOSÉ CARLOS MICELI

**CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL DOS VILEIROS:
A SUBJETIVIDADE DO AGRICULTOR FAMILIAR NAS VILAS RURAIS**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Wolf-Dietrich Sahr

CURITIBA
2005



PARECER

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Geografia, reuniram-se para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado, apresentada pelo candidato **JOSÉ CARLOS MICELI**, intitulada: “**CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL DOS VILEIROS: A SUBJETIVIDADE DO AGRICULTOR FAMILIAR NAS VILAS RURAIS DO PARANÁ**”, para obtenção do grau de **Mestre** em Geografia, do Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, Área de Concentração **Produção do Espaço Urbano-Regional**.

Após haver analisado o referido trabalho e argüido o candidato, são de parecer pela **APROVAÇÃO** da Dissertação.

Curitiba. 29 de Setembro de 2005.

A handwritten signature in black ink, reading 'Wolf Dietrich Sahr', is written above a horizontal line.

Prof. Dr. Wolf Dietrich Sahr
(Orientador e Presidente da Banca)
UFPR

A handwritten signature in black ink, reading 'Alfio Brandenburg', is written above a horizontal line.

Prof. Dr. Alfio Brandenburg
(Depto de Sociologia – UFPR)

A handwritten signature in black ink, reading 'Luis Lopes Diniz Filho', is written above a horizontal line.

Prof. Dr. Luis Lopes Diniz Filho
(Depto de Geografia – UFPR)

DEDICATÓRIA

Aos meus avós paternos Leônidas e Guiomar (in memorium) que sempre estão em meus pensamentos, a minha esposa Cleo e ao meu filho Pietro.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer as pessoas que foram de total importância para o desenvolvimento desta dissertação de mestrado:

Ao Professor Doutor Wolf-Dietrich Sahr, pelo desafio intelectual que impôs me e pela total liberdade e compartilhamento de seu conhecimento nos encaminhamentos deste trabalho;

Aos Professores do mestrado em Geografia desta Universidade, pelo incentivo e dedicação ao conhecimento da Geografia;

Ao secretário do departamento de Geografia, Zem, pela amizade construída neste período de estudo;

Aos Professores do departamento de Sociologia desta Universidade, Professores Doutores Alfio Branderburg, Dimas Floriani e Osvaldo Heller, responsáveis pela minha formação na graduação e que também contribuíram nesta fase do mestrado;

Aos técnicos da EMATER, Eng^o Agrônomo De Biasi (Curitiba) e ao Técnico Agrícola Valter (Irati);

Aos viliros entrevistados, que compartilharam com suas trajetórias de vidas que são os cerne das questões deste trabalho;

Aos técnicos do IPARDES, Eng^o Agrônomo Ivo Barreto Melão, Eng^a Agrônoma Maria Salete Zanchet e a Técnica Administrativa da biblioteca Dora;

Finalmente, a meu filho Pietro, que aos seus cinco anos de idade, alegrava me nas horas mais difíceis deste trabalho e a Cleo, pela cumplicidade de doze anos de repleto confidências de amor.

O poeta da roça (Patativa do Assaré)

Sou fio das mata, canto da mão grossa,
Trabaio na roça, de inverno e de estio.
A minha chupana é tapada de barro,
Só fumo cigarro de paia de mio.

Sou poeta das brenha, não faço o pape
De argum menestré, ou errante canto
Que veve vagando, com sua viola,
Cantando, pachola, à percura de amo.

Não tenho sabença, pois nunca estudei,
Apenas eu sei o meu nome assina.
Meu pai, coitadinho! Vivia sem cobre,
E o fio do pobre não pode estuda.

Meu verso rastêro, singelo e sem graça,
Não entra na praça, no rico salão,
Mau verso só entra no campo e na roça,
Na pobre paioça, da serra ao sertão.

Só canto o buliço da vida apertada,
Da liga pesada, das roça e dos eito
E às vez, rescordando a feliz mocidade,
Canto uma sôdade que mora em meu peito.

Eu canto o cabôco com sua caçada,
Nas noite assombrada que tudo apavora,
Por dentro da mata, com tanta corage
Topando as visage chamada caipora.

Eu canto o vaquêro vestido de coro,
Brigando com o tôro no mato fechado,
Que pega na ponta do brabo novio,
Ganhando lugio do dono do gado.

Eu canto o mendigo de sujo farrapo,
Coberto de trapo e mochila na mão,
Que chora pedeindo o socorro dos home,
E tomba de fome, sem casa e sem pão,

E assim, sem cobiça dos cofre luzente,
Eu vivo contente e feliz com a sorte,
Morando no campo, sem vê a cidade,
Cantando as verdade das coisa do Norte.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	vii
LISTA DE MAPAS , TABELAS E ANEXOS.....	viii
RESUMO.....	ix
ABSTRACT.....	x
INTRODUÇÃO.....	1
1.AS RELAÇÕES SOCIAIS E O ESPEÇO – UM DIALOGO ENTRE GEOGRAFIA E SOCIOLOGIA.....	5
1.1 A GEOGRAFIA ENQUANTO SABERES COMUM E CIENTIFICO.....	6
1.2 A PRATICA SOCIO-ESPACIAL E A GEOGRAFIA HUMANOISTICA.....	11
1.3 A QUESTÃO DA VIDA COTIDIANA.....	13
1.4 A REPRODUÇÃO SOCIAL ENQUANTO CATEGORIA DE ANALISE NAS CIENCIASI SOCIAIS.....	14
1.5 MICHEL MAFFESOLI, A VIDA COTIDIANA ENQUANTO COMUNIDADE EMOCIONAL.....	17
2. AGRICULTURA FAMILIAR E VILAS RURAIS- DUAS FORMAS DE SOCIALIDADE ?.....	21
2.1 AGRICULTORES FAMILIARES COMO ATORES NA PÓS-MODER- NIDADE.....	22
2.2 O ESGOTAMENTO DA IDÉIA RACIONALIZANTE DA MODER- NIDADE.....	24
2.3 A AGRICULTURA COMO ELEMENTO DA SOCIALIDADE.....	30
2.3.1 A CONSTRUÇÃO DO ATOR SOCIAL NO MEIO RURAL.....	32
2.3.2 A AGRICULTURA FAMILIAR FRENTE A MERCANTILIZAÇÃO.....	36
2.3.3 A AGRICULTURA FAMILIAR E A REPRESENTAÇÃO SOCIAL.....	38
2.3.4 AGRICULTURA FAMILIAR E A PLURIATIVIDADE.....	40
3. AS POLITICAS AGRARIAS PUBLICAS E O IDEARIO DAS VILAS RURAIS – O PROGRAMAPARANÁ 12 MESES.....	43
3.1 O DISCURSO QUE LEGITIMA A AÇÃO DO ESTADO.....	43
3.2 O PROGRAMA PARANÁ 12 MESES.....	46
3.3 A RACIONALIDADE TÉCNICA DO PROGRAMA PARANA 12 MESES.....	49
3.4 IMPLEMENTAÇÃO DAS VILAS RURAIS.....	52
3.5 A DISTRIBUIÇÃO GEOGRAFICA DAS VILAS RURAIS NO PARANÁ.....	55
4. VIVENCIA E SOCIALIDADE NAS VILAS RURAIS.....	59
4.1 VILA RURAL”FUTURO” DE IRATI: UMA LUTA DE LIDERES.....	61

4.2 VILA RURAL "GUARAGI" EM PONTA GROSSA: ENTRE O MERCADO E ESTADO.....	68
4.3 VILA RURAL UNIÃO TRIUNFENSE: A REALIZAÇÃO DE UM SONHO INDIVIDUAL.....	74
4.5 AS REDES DAS ESTRATÉGIAS DOS VILEIROS.....	76
CONSIDERAÇÃO FINAL.....	79
REFERENCIA BIBLIOGRAFICAS.....	83
ANEXO.....	87

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BIRD – Banco Interamericano de Desenvolvimento

COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná

COPEL – Companhia Paranaense de Eletricidade

EMATER – Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

FUNPARANÁ – Fundação do Paraná

IAP – Instituto Ambiental do Paraná

IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social

PR12 MESES – Paraná 12 Meses

SANEPAR – Empresa de Saneamento do Estado do Paraná

SINE – Sistema Nacional de Emprego

LISTAS DE MAPAS, TABELAS, FOTOS E ANEXOS

ESTRUTURA DO PARANA 12 MESES.....	48
QUADRO 1: SINTESES DAS PRINCIPALIS CARACTERISTICAS DO PROGRAMA PARANA 12 MESES.....	49
MAPA 1. LOCALIZAÇÃO DAS VILAS RURAIS.....	56
TABELA 1 DISTRIBUIÇÃO DE FAMILIA SEGUNDO O TIPO DE ATIVIDADE PRINCIPAL NAS VILAS RURAIS DA MACRORREGIÃO NORDESTE, NORTE, OESTE E SUL DO PARANÁ.....	57
TABELA 2 VILAS RURAIS DA MACRORREGIÃO SUL DA EMATER/PR.....	58
FOTO 1 COMICILIO PADRÃO DAS VILAS RURAIS.....	60
FOTO 2 SRA GUSCHINSKI.....	63
FOTO 3 EQUIPAMENTO(CARROÇA) UTILIZADA NO PROJETO DESNVOL- VIDO PELA FAMILIA CUSCHINSKI.....	65
FOTO 4 GALPÃO COMUNITÁRIO DA VILA RURAL GUARAGI.....	70
FOTO 5 VISTA INTRNA DO GALPÃO COMUNITÁRIO DA VILA RURAL GUARAGI.....	70
FOTO 6 ESTUFA PARA FLORES NA VILA RURAL GUARAGI.....	72
FOTO 7 DOMICILIO DA VILA RURAL GUARAGI, AO FUNDO GALPÃO DE PROCESSAMENTO DE FUMO.....	72
FOTO 8 VISTA PARCIAL DA VILA RURAL TRIUNFENSE, QUINTAL COM PLANTIO DE MILHO.....	74
FOTO 9 SRA JEGELINSKI E SUA FILHA DA VILA RURAL TRIUNFENSE.....	75
ANEXO QUESTIONARIO SEMI-ESTRUTURADO.....	91

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de pesquisa analisar as estratégias de reprodução dos “vileiros”, moradores das Vilas Rurais, do programa de política pública do Estado do Paraná, denominado PARANÁ 12 MESES. O esforço reprodutivo se revela no questionamento do sujeito, no sentido de reconstruir o seu mundo vivido (lebenswelt) dentro das Vilas Rurais, captando a percepção dos grupos sociais (agricultores familiares) a serem tomados como objeto de estudo, enfatizando as “trajetórias individuais e coletivas”. A discussão passará pela noção de pertencimento, no uso concreto das relações cotidianas estabelecidas no ato de “querer-viver” e o desejo de “estar-junto”. O debate estabelece um diálogo interdisciplinar entre duas áreas de conhecimento: a Geografia e a Sociologia.

Palavras-chaves: cotidiano, política pública, prática sócio-espacial, vila rural.

ABSTRACT

The present work has as object of search to analyse the strategies of reproduction of “vileliers” inhabitants of Rural Villas of program of public politic of state of Paraná, denominated PARANÁ 12 MESES. The effort reproduced that revealing in the question of subject in the sense of reforming its world lively (lebenswelt) in Rural Villas, collecting the perception of social groups (relative agriculturist) to be taken as object of study emphasizing the individual and collecting trajectories the discussion will pass by notion a pertinent in the concrete use of daily relative established in the act of “want-live” and the wish of being together the debate stabilises a dialogue interdiscipline between two areas of knowledge: the Geography and the Sociology.

Key-words: daily, public politic, practice spatial partner, rural villa.

INTRODUÇÃO

O mundo cotidiano da pós-modernidade está em plena reconfiguração. Intensamente, os mundos tradicionais se vêm desprovidos dos seus sentidos tradicionais, estruturas sociais fixas flexibilizam-se, a História perde a sua coesão e as limitações e as éticas desfazem-se. Agora, na época pós-moderna, projetos da modernidade ruem, como o Estado-Nação, o indivíduo reflexivo, a formação cultural através do ensino público, histórias se multiplicam e o controle das forças econômicas se desfaz gradativamente. Observa-se a despolitização do Estado-Nação para uma empresa de servidores públicos, a mecanização do ser humano para sua sobrevivência, a tecnificação da comunicação e a globalização descontrolada das forças econômicas. Como a modernidade propôs um projeto baseado no sucesso econômico e na erudição cultural do indivíduo, categorias como o banal, o efêmero, a ingenuidade, a não-linearidade da vida eram desprezadas. Agora, entretanto, se vem revalorizadas e se abre-se, assim, um amplo campo de investigação teórica.

O novo cotidiano estabelece um desafio à vida como também às ciências humanas. Agora, as referências não são mais as grandes certezas, os macro-eventos, as instituições do macro-poder, mas sim, tudo aquilo que podemos considerar insignificante, menor, medíocre. Posição esta, em que “na perspectiva erudita, o senso comum é desqualificado porque banal, destituído de verdade, fonte de equívocos e distorções” (MARTINS, 1998, p.2). Mas este cotidiano é o lugar do silêncio, do compartilhar, do simples gesto, todo que é subterrâneo, mas que configura as âncoras nessa transformação magmática da nossa época.

O cotidiano representa o lugar por excelência da socialidade¹, conforme afirma Michel Maffesoli (2001). Esta socialidade baseia-se nas relações estreitas das micro-attitudes, do presente, das ações pontuais, do instante representando o cotidiano em seu processo ordinário. O cotidiano aparece neste contexto como o lugar das profundas transformações silenciosas e banais, um processo de mudanças ainda latente. Estas transformações tornam-se visíveis nos espaços da vida cotidiana, constituídos no querer-estar-junto e apoiados pelas estratégias de reprodução de

¹ No original, socialité. O termo, não sendo de uso comum na língua francesa, é um neologismo proposto por Michel Maffesoli para descrever o “imaginal”, o “sociétal”, procurando exprimir a “solidariedade de base” em que se assenta o “estar-junto” humano e que convém distinguir de “sociabilité” (sociabilidade). (Cf. MAFFESOLI, M.L’Ombre de Dionysos: contribution à une sociologie de l’orgie. Paris, librairie des Méridiens, 1985; trad. Brasileira: A sombra de Dionísio – contribuição a uma sociologia da orgia: Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985) (N.do T.).(MAFFESOLI, 2001, p.37).

cada grupo social. Nessa forma, a vida cotidiana reproduz-se incessante- e ininterruptamente. O cotidiano está em todo lugar e aparece com a espacialidade de uma superposição de eventos que acontecem ao mesmo tempo em lugares diferentes, e na simultaneidade de eventos no mesmo espaço. Segundo MAFFESOLI (2001, p. 81) “o espaço produz de uma maneira coibitiva os hábitos e os costumes do dia-a-dia que, por sua vez, permitem a estruturação comunitária”.

Portanto, a produção do espaço social como um conjunto de características materiais e imateriais, que prefiguram a construção e a significação do espaço de vida e trabalho, ocorre diferenciado por diversos grupos sociais, cujos espaços cada um se materializa por meio de um território. No caso deste trabalho, observa-se que no Paraná dos anos 1990 aparecem um novo tipo de territorialidade, a Vila Rural, que se insere no conjunto da grande gama das comunidades rurais (entre outros faxinais e outras comunidades caboclas, quilombos, terras indígenas, colônias, sítios, moradias de trabalhadores rurais, assentamentos, acampamentos etc).

A resignificação dos espaços deste grupos acontecia através do Programa Paraná 12 meses, que o Governo do Estado na então gestão de Jaime Lerner implantou com ajuda do BID para combater a pobreza rural. Rapidamente estabeleceram-se neste novo espaço estratégias de reprodução dentro dos moldes da resignificação, sendo passível de ser acompanhada, percebida, sentida, vivida pela população rural em base de sua socialidade. Esta socialidade possui “em seus vários aspectos, ao lado de sua inscrição temporal, (.....) igualmente uma dimensão espacial” (MAFFESOLI, 2001, p.79).

Com a abordagem de um microlocalismo esperamos encontrar uma forma de compreender as estratégias de reprodução das comunidades rurais, além das suas relações econômicas e políticas as relações, numa profundidade que inclui também a emoção e a socialidade. A relação afetual dedicado a um lugar é vista, neste contexto, na experiência vivida pelos atores sociais em “uma relação estreita entre o território e a memória coletiva (...) e, além disto, ilustra o que pretendo ressaltar, isto é, que a revalorização do espaço é correlativa à revalorização dos conjuntos mais restritos (grupos, tribos)”.(MAFFESOLI, 2002, p.190).

Por isso, o tema desse trabalho é analisar as estratégias de reprodução das famílias residentes nas Vilas Rurais, beneficiadas pelo Programa de política pública denominado de Paraná 12 Meses. Partindo-se do cotidiano dos vileiros, procura-se

investiga-lo do ponto de vista dos atores. Para tal, explicita-se como os atores fazem-se presentes nas e através de práticas sócio-espaciais, significando e ressignificando seu cotidiano. Trata-se, especificamente, da reconstrução das atitudes desses atores sociais, ao obedecerem determinadas lógicas de ação individual e coletiva. Isto incluiu a investigação, como eles apropriam-se e reapropriam-se de discursos que legitimam essas ações. As trajetórias biográficas, portanto, comportam mudanças dos atores em relação ao seu cotidiano, mudanças que apresentam mais limites do que possibilidades na busca de um projeto comum de vida ou de formas diferenciadas de apropriar-se do cotidiano nas suas práticas sócio-espaciais.

As práticas cotidianas que de certa forma mobilizam um conflito na apropriação do espaço das Vilas Rurais: na visão do governo, o programa permite às famílias beneficiadas uma independência ao longo do tempo; já para os vileiros, significa em muitos casos um abandono do poder público aos seus projetos de vida. Percebe-se que o programa, já nas suas intenções, separa os atores sociais em lados distintos conforme os referentes âmbitos sociais.

Neste contexto, buscamos dar uma contribuição com uma pesquisas sobre as estratégias de reprodução da agricultura familiar nas Vilas Rurais, concentrando a análise em três vilas nos municípios de Irati, Ponta Grossa e São João do Triunfo. Para tanto, partimos da idéia de que a reprodução das unidades familiares dentro das Vilas Rurais ocorre mediante um conjunto de iniciativas e ações que se constituem em estratégias de reprodução e ressignificação sócio-espacial. Consideramos que cada vileiro possui determinados recursos de ordens naturais e humanas para viabilizar estas ações e estratégias.

Portanto, temos como objetivo geral deste trabalho identificar as práticas sócio-espaciais nos diferentes sistemas de produções praticadas pelas famílias beneficiárias das Vilas Rurais selecionadas.

Como objetivos específicos, pretendemos:

1. Identificar as estratégias sociais e econômicas que possibilitem a permanência das famílias nas Vilas rurais;
2. Analisar as formas organizacionais comunitárias e tipos de ação coletiva que permitem revitalizar a socialidade das famílias nas Vilas Rurais;

3. Avaliar os conflitos e as suas contradições no cotidiano dos vileiros, inclusive uma análise das ressignificações do agricultor familiar neste ambiente.

O trabalho é estruturado em cinco partes. Buscamos no capítulo 1 um diálogo entre a Geografia e a Sociologia para compreender melhor as categorias de análise, discutindo a relação entre práticas sócio-espaciais e a produção do espaço social como formas de representações sociais do cotidiano. O capítulo 2 estabelece uma análise de dois paradigmas contemporâneos vigentes – a modernidade e a pós-modernidade – em relação a construção de atores sociais e aplicado ao caso da agricultura familiar. Os objetivos e o discurso legitimador do programa Paraná 12 Meses são abordados no capítulo 3 com base na análise foucaultiana do discurso. Apresentamos no capítulo 4 a metodologia de trabalho que norteou a presente pesquisa. Sendo utilizado o método qualitativo, trata-se de "densa descrição" (GEERTZ 1989) de situações de transformação e/ou conflituosas para entender a função e o funcionamento da socialidade do agricultor familiar e de suas estratégias da reprodução social. Finalizando nosso trabalho, apresentamos, no capítulo 5, os resultados da pesquisa em forma sintética, apontando caminhos para futuras propostas de intervenção do estado no mundo rural.

1. AS RELAÇÕES SOCIAIS E O ESPAÇO – UM DIÁLOGO ENTRE GEOGRAFIA E SOCIOLOGIA

Os objetos de pesquisa deste trabalho são as vilas rurais do Paraná enquanto territórios formados por relações sociais e práticas da vida cotidiana, principalmente no âmbito da agricultura familiar. Conseqüentemente, buscamos neste capítulo um dialogo entre Geografia e Sociologia no que se refere à categoria de análise da vida cotidiana e dos seus espaços. Observa-se que a Geografia tradicionalmente focalizava no espaço abstrato e não nas práticas sócio-espaciais, enquanto a sociologia preferia pensar nas relações sociais e não na produção do espaço social. Porém, recentemente, estas visões mudaram profundamente e agora em pensar ambas as categorias de análise – práticas sócio-espaciais e produção do espaço social – significa buscar uma compreensão aprofundada da própria sociabilidade dos indivíduos e apontar o quanto a Geografia e a Sociologia agora estão presentes em nosso cotidiano. De acordo com CARLOS (2002 p.170):

A análise da prática sócio-espacial sinaliza que as relações sociais se materializam enquanto relações espaciais o que significa dizer que a vida cotidiana se realiza num espaço/tempo passível de ser apropriado, vivido, representado. Enquanto modo de uso o espaço varia ao longo do tempo determinado pela realização da vida social no território – assim revelando, em suas transformações, modificações importantes na sociedade. Novas perspectivas se abrem é preciso repensar velhos conceitos, pensar em novos – a noção de espaço percorre toda a Geografia. A questão do espaço na Geografia coloca obrigatoriamente, a questão do tempo e hoje as novas relações espaço-tempo ganham vastas dimensões influenciadas pela globalização.

Rogério Haesbaert da Costa (2004) avalia a produção do espaço e a observação das práticas sócio-espaciais como um processo de territorialização. Nesta perspectiva, o espaço representa mais um "ato" do que um próprio objeto. Com esta afirmação, Haesbaert segue a proposta de DELEUZE e GUATTARI que vêem num território não apenas um conjunto de objetos, mas um conglomerado de ritmos e de

movimentos mostrando, assim, que a relação espaço-tempo está em permanente modificação, acompanhado por novas formas de desterritorialização e reterritorialização através das atividades dos indivíduos sociais.

1.1. A GEOGRAFIA ENQUANTO SABERES COMUM E CIENTÍFICO

Para se entender a estrutura do espaço social e das práticas sócio-espaciais é fundamental distinguir o conhecimento geográfico enquanto objeto de pesquisa e enquanto disciplina científica. Principalmente, o conhecimento geográfico comum representa um estado inerente a cada processo civilizatório desde a sua antiguidade, nas suas mais variadas expressões. O geógrafo alemão Benno Werlen até fala de o "fazer geografia" ou da "regionalização cotidiana" (WERLEN, 2000). A Geografia como ciência, porém, representa um saber científico e institucionalizado que foi estabelecido pela burguesia a partir dos meados do século XIX principalmente no mundo ocidental (LENCIONI, 1999, p.22). Existe, assim, na geografia (como na sociologia) uma "hermenêutica dupla", como aponta o sociólogo britânico A. Giddens, que liga o conhecimento das ciências sociais a uma situação "parasítica dos conceitos dos leigos agentes" (GIDDENS 1991).

A duplicidade entre o mundo vivido e o mundo da reflexão acompanha a Geografia desde o seu início. A Geografia moderna comumente é avaliado tem o seu ponto de partida com o filósofo alemão Emmanuel Kant que mostrou uma certa "inquietação em entender a Terra como moradia do homem e de refletir sobre a relação entre o homem e a natureza" (LENCIONI, 1999, p.68). Embora esta concepção de Kant, já no século XVIII, relaciona a Geografia entre as ciências da natureza e as ciências humanas, ela mostra também uma posição híbrida da disciplina entre a vida cotidiana

(principalmente ensinada na escola) e a vida científica. Conseqüentemente, por causa desde hibridismo, a geografia não tinha se aprofundada muito ao longo do tempo no campo epistemológico. Com razão, o geógrafo Yves LACOSTE (1985, p. 96) observa por isso, ainda nos anos de 1960, que a geografia apenas tardiamente tem se preocupado em estabelecer e desenvolver um campo epistemológico adequado. Compartilhando do mesmo sentimento, Milton SANTOS (1994) vêem no mesmo período um maior entendimento para as questões teóricas entre os geógrafos, com a capacidade de estabelecer um sistema de pensamento que contemple a investigação da nova relação espaço-tempo como via de compreensão entre a teoria e o real.

O geógrafo contemporâneo David Harvey aponta várias contribuições para a epistemologia da geografia a partir dos anos de 1960. Propõe, em 1991, uma teoria geral capaz de apresentar um sistema explicativo de apreensão da nossa relação espaço-tempo na modernidade. Sobre inspiração de Michel De Certeau (1994), Harvey ressalta a importância da ação e intenção humana como motores da criação e da ocupação dos espaços. Ele comenta, referindo-se ao espaço urbano (mas isto vale igualmente para os espaços rurais) que "os espaços são criados por uma miríade de ações, todas elas trazendo a marca de intenção humana" (2002, p.197). Esta colocação confirma, de fato, que a geografia clássica negligenciou, para muito tempo, a importância das ações e práticas dos indivíduos na construção dos seus espaços e/ou territórios.

O sociólogo De Certeau comenta ainda que as práticas cotidianas são permeadas por ações que formam conjuntos de "totalizações" do espaço e do tempo, muitas vezes organizados em uma maneira racional por determinados grupos sociais. Entretanto, conforme Harvey,

"ele pouco nos diz sobre e por que e como as racionalizações assumem as formas que assumem. Em alguns casos, parece que o projeto do Iluminismo (ou mesmo o capitalismo) tem algo a ver com isso, embora, em outros exemplos, ele assinala as ordenações simbólicas do espaço e do tempo que dão uma continuidade mais profunda (mas de modo algum necessariamente libertária) às práticas sociais." (2002, 198)

A construção e/ou ocupação de espaços sociais cons..., a marca do grupo que o realiza, o que significa dizer que esse processo da luta pela conquista de identidade social de qualquer grupo empreendedor (de.

Desta forma, podemos entender cada espaço social, de acordo com Bourdieu (2002), como formas temporais e específicas que dão a base de sustentação da vida social a um determinado grupo. Assim, "as formas temporais ou estruturas espaciais estruturarem não somente a representação do mundo do grupo, mas o próprio grupo, que organiza a si mesmo de acordo com essa representação".(BOUDIEU,2002)Esta colocação de Bourdieu indica que a representação de um espaço sempre está interligada com as atividades e criações espaciais e a vivência dos indivíduos. Em consequência disso, principalmente na geografia crítica, o espaço torna-se de fundamental importância para compreender a auto-realização não-alienada do indivíduo e dos grupos sociais nos seus respectivos espaços.

O filósofo francês Henri LEFEBVRE está na busca de um entendimento aprofundado da relação da representação espacial com o indivíduo. Na sua teoria da "produção do espaço" (1997), ele propõe uma organização dialética, apresentando três dimensões de práticas espaciais: as práticas espaciais materiais (o espaço percebido); as representações do espaço (o espaço concebido) e os espaços de representação (o espaço vivido).

1.As práticas espaciais materiais (o espaço percebido pelo indivíduo na sua atuação cotidiana) referem-se aos fluxos, transferências e interações físicos e materiais que ocorrem de maneira a garantir a produção e a reprodução social na cotidianidade das pessoas.

2. As representações do espaço (o espaço concebido) compreendem todos os signos e significações, códigos e conhecimentos que permitem falar sobre essas práticas materiais e compreende-las, pouco importa se em termos do senso comum cotidiano ou

do jargão por vezes impenetráveis das disciplinas acadêmicas que tratam de práticas espaciais (a engenharia, a arquitetura, a geografia, o planejamento, a ecologia social etc).

3. Os espaços de representação são invenções mentais ("discursos espaciais", utopias, paisagens imaginárias e até construções materiais como espaços simbólicos não alienados, ambientes particulares construídos, pinturas, museus etc.) que imaginam novos sentidos ou possibilidades para práticas espaciais.

Com esta diferenciação é possível discutir a questão da alienação na vida cotidiana. Os espaços vividos são os espaços de representação que guiam os indivíduos para uma vida completa e satisfatória, enquanto os espaços percebidos são configurados pelas necessidades cotidianas e as representações dos espaços podem induzir o indivíduo a uma vivência "falsa", impedindo uma auto-realização do indivíduo através de subjugações dele as influências externas das suas vontades, desprovindo-o da sua liberdade humana.

Harvey analisa ainda quatro aspectos das práticas espaciais, que para ele fundamentam o cotidiano das pessoas:

1. O primeiro é denominado o aspecto da acessibilidade e de distanciamento. Nele, realiza-se a possibilidade da intervenção ou do impedimento de interferir em determinados processos e interações sociais pelo indivíduo ou por um grupo social.
2. O segundo refere-se a apropriação e o uso do espaço e diz respeito, assim, à maneira como o espaço é ocupado, quais são as estratégias de ocupação e qual o uso que é feito a partir da ocupação.
3. O terceiro aspecto é o aspecto do domínio e do controle do espaço. Refere-se ao controle exercido sobre o espaço realizado comumente por quem detêm o poder político e econômico (classe dominante).
4. Por fim, o quarto aspecto, denominado de produção do espaço, consiste na análise de como os novos sistemas de ocupação do espaço são produzidos, sejam eles reais ou imaginários.

Para HARVEY (1996 p.275-276), a compressão do espaço-tempo na modernidade estabelece uma mudança profunda nos nossos mapas mentais, nossas

atitudes e nas nossas instituições, porém, esta transformação não ocorre na mesma velocidade em todos os espaços, mas torna-se com temporalidades e espacialidades diferenciadas. A desigualdade das transformações empreendidas no espaço se deve muito, atualmente, ao vetor técnico-científico de modo que há uma defasagem dos espaços o que pode trazer sérias conseqüências no âmbito das decisões do mais diverso tipo (ordem financeira, militar, etc).

Como a Geografia moderna, particularmente a Geografia Humana, surge principalmente no contexto de legitimar projetos nacionais dos Estados europeus que se formam a partir do século XVI e XVII em base da construção de novos laços de coesão social, as representações espaciais, enquanto discursos geográficos deram aos Estados nacionais europeus um elemento central no debate ideológico para consolidação do Estado Nacional. O trabalho dos geógrafos, neste caso, não foi de criação, mas de apropriação e sistematização de conceitos e teorias, em grande parte restrita ao uso interno do próprio Estado. Este aspecto tem que ser reconsiderado, na geografia atual e mais internacionalizada, quando esta está modificando ou abolindo os seus conceitos teóricos tradicionais, descobrindo o indivíduo e o seu papel social como base fundamental na criação dos seus espaços.

FOUCAULT (1979) observa que o exercício do poder nos estados territoriais implicou uma espacialização da política, onde emerge o conceito de população apenas enquanto objeto central da dominação estatal, uma perspectiva que qualificava as pessoas apenas como os habitantes de uma dada porção de espaço. Uma nova abordagem, entretanto, que valoriza-se como elemento fundamental da idéia do sujeito enquanto agente das suas práticas sócio-espaciais, deixa surgir outras formas de territorialidades.

1.2 A PRÁTICA SÓCIO-ESPACIAL E A GEOGRAFIA HUMANÍSTICA

Não podemos depositar somente as correntes filosóficas do positivismo e do marxismo como influente na Geografia enquanto saber científico. Igualmente, a fenomenologia teve papel fundamental, representada predominantemente pela Geografia Humanística, além de vertentes semelhantes como a Geografia da Percepção e do Comportamento.

O termo "fenomenologia" foi criado por J.H. Lambert, em 1764, e era concebido filosoficamente por Edmund Husserl. Foi introduzido na Geografia por Julian Wolpert, em 1964, e permitiu uma compreensão racional da experiência vivida. Para LENCIONI (1999, p.152), “a geografia de inspiração fenomenológica apresentou, no cenário da disciplina, a discussão das representações que os homens fazem do mundo”.

Nas últimas décadas, a Geografia Humanística tem discutido e debatido a ligação afetiva do indivíduo com o lugar, tanto no plano simbólico como também no plano real. Sendo assim, trata-se de uma abordagem da experiência vivida. Ela centraliza no indivíduo suas investigações, de modo a compreendê-lo e interpretar seus sentimentos. Faz isto na busca de compreender de que maneira as ações e representações sociais influenciam a estrutura espacial que o indivíduo vive. Esta mudança de foco modifica também a prática de pesquisa até então utilizada na Geografia, que dissociava o homem do espaço na sua objetividade numa certa forma de espacialidade, a agora privilegia a subjetividade humana e a forte interligação entre o homem e o SEU espaço.

A geografia humanística defronta, assim, com a base positivista da geografia quantitativa e funcionalista, abordando as experiências vividas tratadas inicialmente pela geografia comportamental com um viés psicológico e etiológico. Enquanto os autores da corrente comportamentista se referiam muito aos modelos do behaviorismo, a geografia humanística tentou superar este modelo mecânico e decifrar o comportamento

humano como ação humana a partir de um enfoque individual e interpretativo (JOHNSTON, 1986, p.175-6).

O objeto de pesquisa da Geografia Humanística é estabelecer a experiência vivida pelos homens e pelos grupos sociais na forma do "mundo vivido" representando com este termo a sua principal concepção metodológica. Segundo TUAN (1983, p.10), a experiência é entendida como uma operação complexa que varia do sentimento primário até a concepção complexamente elaborada, e é através dela que o observador detém determinadas informações que pelo método positivista não é possível alcançar. TUAN (1983, p.11) ressalta que:

A experiência é constituída de sentimento e pensamento. O sentimento humano não é uma sucessão de sensações distintas; mais precisamente, a memória e a intuição são capazes de produzir impactos sensoriais no cambiante fluxo da experiência, de modo que poderíamos falar de uma vida do sentimento como falamos de uma vida de pensamento. É uma tendência comum referir-se ao sentimento e pensamento como opostos, um registrando estados subjetivos, o outro reportando-se à realidade objetiva. De fato, estão próximos às duas extremidades de um continuum experiencial, e ambos são maneiras de conhecer.

Para melhor entender a relação entre espaços subjetivos (e de representação) e o espaço na sua interpretação clássica, a Geografia Humanística identifica como elemento-chave a diferença entre espaço e lugar. Nesta perspectiva, o espaço é qualquer parte da superfície terrestre, sem referências pessoais ou subjetivas, mas mensurável, organizado e impessoal, enquanto o lugar é o elemento de uma experiência afetiva, resultando da experiência vivida. De acordo com TUAN (1983, p.65), é um mundo ordenado e com significados estabelecidos. Neste sentido, o espaço representa apenas um recurso na apreciação cultural, quer dizer objetivado (TUAN, 1983, p.65), enquanto o lugar é um tipo de espaço vivenciado pelo sujeito.

Podemos observar que, desta forma, o lugar para os geógrafos humanistas está contido no espaço e é representado por diferentes elementos de lar, como a casa, a rua, o bairro, a cidade ou a nação: cada uma dessas unidades é considerada uma referência com identidade própria. São as práticas sócio-espaciais que prefiguram, estabelecem e vivenciam estes lugares na vida cotidiana.

1.3 A QUESTÃO DA VIDA COTIDIANA

A vida cotidiana é um termo que assume diversos usos, não apenas acadêmicos. Frequentemente é utilizado para designar o banal, o frívolo, o corriqueiro, o que não tem importância, tornando-a incompreensiva e contaminando a sua noção sociológica como simples "senso comum". Contudo, a vida do dia-a-dia estabelece um cenário onde a trama do mundo vivido expõe o presente, na sua socialidade contemporânea, revelando suas transformações geográficas enquanto práticas sócio-espaciais ou sociológicas. Trata-se, neste contexto, de um campo da análise social importante, principalmente quando vivenciamos a aceleração das rotinas, a fragmentação dos acontecimentos cotidianos, o aumento da circulação de pessoas, cópias, bens, recursos e a transformação de significados (TEDESCO 2003, p. 21).

Remeter-se à discussão do cotidiano é atribuir a abordagem filosófica da fenomenologia uma contraposição ao pensamento positivista. Esta situação observa-se tanto na geografia, na sua linha de pensamento da geografia humanística, como na sociologia na perspectiva da sociologia compreensiva. Consideramos ambas as tendências linhas de pensamento que possuem grandes semelhanças quando trabalhada a questão do cotidiano, embora que a sociologia já abordava este assunto dentro do pensamento de M. WEBER e de Alfred SCHURTZ durante os anos de 1920 até 1940 do século XX, enquanto a geografia apenas "descobre" este assunto a partir dos anos 1960, ambos nas suas correntes humanística e crítica.

No caso da geografia humanística, ao observar as relações homem-meio, a fenomenologia aproxima-se também a tendências filosóficas semelhantes como o existencialismo, o idealismo e a hermenêutica (MELLO, 1990, p.92). Contudo, estas correntes filosóficas compartilham de uma linha tênue no que se refere ao campo de estudo da valorização a subjetividade das ações humanas, "visando a compreender suas alegrias e carências, para então tentar influir e agir na construção de um espaço mais humanizado" (MELLO, 1990, p.92).

A fenomenologia se opõe principalmente ao pensamento positivista, por ser este, excessivamente voltado à crença de que a realidade se reduz àquilo que se percebe pelos sentidos e que pode ser objetivado. Ela, entretanto, tem por pressuposto que a consciência permite a construção de um intermediário, onde sujeito e objeto são fundidos na realidade e passíveis de serem referência de estudo da intencionalidade de pessoas. Quando se trata de "objetos" na fenomenologia, eles são analisados numa

dinâmica que fornece a eles sentido e significado no qual “interpreta apreensão das essências através da experiência vivida, aplicada e adquirida pelo indivíduo e não se detêm ou distingue o objeto ou o sujeito, sendo uma filosofia da experiência” (MELLO, 1990, p.99).

Sobre a ótica da sociologia, a abordagem da sociologia compreensiva, representada pelo sociólogo alemão Max Weber, e a sociologia fenomenológica, introduzida por Alfred Schutz para o campo das Ciências Sociais, ambas apresentam uma noção do senso comum que é de fundamental importância. Para Schutz, o termo “senso comum” representa a fala do cotidiano, quer dizer, está embutido nos significados da vida cotidiana (MINAYO, 2002, p.95). Neste sentido, o senso comum não é apenas o ato do “conhecimento compartilhado entre os sujeitos da relação social” (MARTINS, 1988, p.3), mesmo quando o silêncio está presente. O senso comum faz parte da vida cotidiana, da geografia cotidiana dos atores sociais. “A vida cotidiana é um atributo do ator individual e se realiza sempre num quadro socioespacial, seja de um modo individualista, seja de um modo estruturalista. (TEDESCO, 2003, p.22). Neste sentido, determina a criação de lugares dentro do senso comum, vistos como lugares de vivência, mas igualmente como representações sociais.

1.4. A REPRESENTAÇÃO SOCIAL ENQUANTO CATEGORIA DE ANÁLISE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Segundo MINAYO (2002, p.89), o conceito da representação social é uma categoria de análise importante para as Ciências Sociais, sendo abordada em diferentes correntes de pensamento social, inclusive as consideradas clássicas do pensamento sociológico como Durkheim, Weber e Marx.

Para Durkheim, o conceito de representação social é usado como representações coletivas que são o modo como sociedades expressam a realidade que se vive. Geralmente, estas representações são ligadas aos fatos sociais que podem facilmente ser observadas e interpretadas coletivamente, já que para Durkheim a

sociedade se cria através do seu pensar sobre ele mesmo. Segundo DURKHEIM (1978.p.79)

As representações coletivas traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. Para compreender como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não a dos indivíduos. Os símbolos com que ela se pensa mudam de acordo com a sua natureza (...).Se ela aceita ou condena certos modos de conduta, é porque entram em choque ou não com alguns dos seus sentimentos fundamentais, sentimentos estes que pertencem à sua constituição.

Para MINAYO (2002, p.92), o conceito weberiano da representação social está inserido nos termos de “idéias”, “espírito”, “concepções”, “mentalidade” e “noção de mundo”. Para Weber, a vida social se realiza na conduta do indivíduo na sua vida cotidiana, representada pela significação cultural, seja ela material ou no campo das idéias. Weber estabelece, neste contexto, um campo de investigação próprio da Sociologia, identificando um componente universal e específico da vida social: a ação social (WEBER 1999). Enquanto Durkheim ressalta o caráter objetivo dos fatos sociais, Weber salienta a função da subjetividade no desenvolvimento da ação social, através do significado a ela atribuído pelos indivíduos e da atenção às ações do outro na orientação da ação.

A terceira corrente do pensamento clássica da sociologia advém de Karl Marx e tem como palavra-chave para a designação da representação social a "consciência". Segundo Marx(1984,p.43-45)

Não é a consciência que determina a vida, mas é a vida que determina a consciência.(...)
A consciência é desde o início um produto social: ela é mera consciência do meio sensível mais próximo, é a conexão limitada com outras pessoas e coisas fora do indivíduo.(...) A consciência jamais poder ser outra coisa que o homem consciente e o ser dos homens é o seu processo de vida real.

Pensadores marxistas, muitas vezes influenciados pela sociologia, como Lefebvre, contribuíram para o entendimento da representação social com suas abordagens específicas sobre o assunto.

O trabalho de Lefebvre, segundo TEDESCO (2003, p.145), por exemplo, coloca as representações do espaço no contexto da luta social, definindo o espaço, na sua dimensão social, como um *locus*

"... onde se despregam forças sociais antagonistas, lutas em jogo, regulação dos conflitos – Estado e seus *aparelhos*, inclusive o *sistema urbano-urbanismo* –, apropriações do espaço, representações do espaço (percebido, concebido e vivido), segregações de classe (expulsões, integrações), contradições do espaço (muitas vezes fetichizadas e reificadas como sendo do espaço mesmo, em si, naturalizado os antagonismos sociais) (TEDESCO, 2003, p.147)".

Numa corrente da psicologia social, que menos valoriza o potencial conflitivo das relações sociais, a representação social significa um elemento de coesão social, interligando as imaginações de várias pessoas através do permanente uso das representações no cotidiano (MOSCOVICI,1978).

Nesta concepção, as representações sociais são interpretadas por Moscovici, são modalidades de conhecimento particular que se estabelecem no dia-a-dia enfatizando o sujeito ativo e criativo na sociedade. Moscovici, parte de uma perspectiva dialética, considerando a representação uma relação do sujeito com o objeto, estabelecendo na sua origem dois aspectos fundamentais: o preceptivo e o conceitual. O primeiro aspecto implica a presença do objeto, enquanto o segundo estabelece a ausência do objeto. Para Moscovici (1978), representar uma coisa, um estado, não consiste em repeti-lo simplesmente ou desdobra-lo ou até mesmo reproduzi-lo; é também reconstruí-lo, retoca-lo, modifica-lo. De acordo com MOSCOVICI (1978, p.63) representar um objeto é “ao mesmo tempo conferir-lhe o status de um signo, é conhece-lo, fazemo-lo nosso. É, verdadeiramente, um modo particular porque culmina em que todas as coisas são representações de alguma coisa”.

Enfim, Moscovici, parte de uma postura cognitiva, pela qual a representação social se consiste como um saber desenvolvido no cotidiano das relações sociais, em que os atores sociais estabelecem fortes influencias na construção individual das representações sociais.

1.5 MICHEL MAFFESOLI, A VIDA COTIDIANA ENQUANTO COMUNIDADE EMOCIONAL.

Michel Maffesoli trabalha com o conceito sociológico do cotidiano tendo como referencial uma perspectiva fenomenológica da sociologia compreensiva bem particular. Primeiro, ele analisa "o que é e não o que 'deveria ser'" (MAFFESOLI, 2001, p.18), rejeitando qualquer pré-formulação teórica geral e racionalizante. Para Maffesoli, o cotidiano em si mesmo é o lugar a partir do qual se fundam todos os vínculos sociais, racionais, emocionais e outros. A sua perspectiva pode ser vista como uma tentativa de relacionar a hermenêutica dupla da geografia cotidiana e da geografia sobre o cotidiano numa única abordagem.

Conseqüentemente, propõe uma análise teórica, por vezes, muita polêmica (TEDESCO, 2003 e HAESBAERT, 2004), quando esboça uma sociologia do cotidiano que parte do experimento interno, utilizando um método que rompe com a razão positivista, em benefício aos sentimentos, ao subjetivo e a compreensão. Ele se mostra, assim, "preocupado em entender as intencionalidades que norteiam a vida cotidiana dos atores sociais" (TEDESCO, 2003, p.119), as idéias de cada comunidade e não necessariamente os resultados das suas ações, dando espaço para a representação social de cada comunidade de si mesmo.

Para Maffesoli, a vida cotidiana dos atores sociais é representada dentro de uma comunidade visto como expressão de uma socialidade espacial, onde "o espaço produz de uma maneira coibitiva os hábitos e os costumes do dia-a-dia que, por sua vez, permite a estruturação comunitária" (MAFFESOLI, 2001, p.81). Esta definição é bastante complexa e, porém, só se pode compreendê-la quando relacionada à suposição mais abrangente de "propor uma sociologia vadia que não seja ao mesmo tempo uma sociologia sem objeto" (MAFFESOLI, 2002, p.4).

Maffesoli próprio expressa que a palavra "comunidade", tomada por si mesma, não tem tanta importância. Porém, como conceito sociológico submetido a crítica "a superar a dicotomia clássica entre o sujeito e objeto que fundamenta toda a filosofia burguesa", ele a avalia como fundamental (MAFFESOLI, 2002, p.15). O que Maffesoli propõe, assim, é inverter a lógica da modernidade, representada pelo indivíduo,

passando à lógica da associação social entre pessoas (personas), a qual só existe a relação com o outro. Sendo assim, estabelece a idéia de uma multiplicidade de relações sociais formando diferentes formas e variações de grupos, para favorecer um forte sentimento de coletivo. Assim “assistimos tendenciosamente à substituição de um social racionalizado por uma socialidade em dominante empatia” (MAFFESOLI, 2002, p.17).

É relevante para Maffesoli compreender os vínculos (sociais) interindividuais em que as pessoas se inserem ao permanecer juntas num mesmo “território”, formando uma emoção partilhada. Embora ele não construa outro termo especializado, o termo "comunidade emocional" pode caracterizar a sua idéia de “comunidade”.

De acordo com este pensamento, também a relação entre comunidade e sociedade se estabelece como um continuum entre pólos de associação de indivíduos. Ao contrario dos estudos clássicos da sociologia, que opõe a comunidade à sociedade (TÖNNIES,1992;SIMMEL,1985), esta polarização assume outra relação. Para Maffesoli, são as formas interindividuais que se transformam de modo processual e ao longo de muito tempo nas suas multiplicidades de dimensões sociais. Se as configurações assumem características diferentes, é pelo desenvolvimento das relações que se pode verificar, por exemplo, nas diferentes formas de coesão comunitárias. Por isso, é relevante demonstrar as ações de coesão e não se uma forma é mais coesa e outra menos coesa: mesmo formas de ligação efêmera entre os indivíduos que aparentemente são disfuncionais ou com falta de coesão, possuem neste contexto uma estrutura específica e podem assumir caráter comunitário.

Particularmente importante para o estudo de comunidade em sociedades contemporâneas é o conceito do "ethos comunitário", exposto por Maffesoli em oposição à sociedade no entendimento weberiano. O seu conceito “remete a uma subjetividade comum, a uma paixão partilhada, enquanto tudo o que diz respeito à sociedade é essencialmente racional, racionalidade em valor (Wert) ou em finalidade (Zweck)” (MAFFESOLI, 2002, p.86).

O ethos comunitário de Maffesoli não representa, dessa forma, a existência do grupo em si, mas sim seus vínculos mais amplos no campo social. Assim, a inter-relação assume um caráter específico na comunidade, ou seja, um caráter de configuração comunitária viscosa e flexível. Esta forma viscosa, que Maffesoli apresenta aqui, é o que “se cristaliza de maneira microscópica e vai irrigar em profundidade a vida de uma multiplicidade de grupos sociais” (MAFFESOLI, 2002, p.28), até permeando outros grupos sociais e finalmente a sociedade em geral.

Maffesoli mostra como este conceito que, embora a distribuição geográfica de um agrupamento de seres humanos seja importante para caracterizar uma comunidade, são os vínculos interindividuais estabelecidos que são o aspecto decisivo na união entre os moradores geograficamente unidos em um espaço físico. Apenas através deles se compreende a comunidade como comunidade. Os seus vínculos são particulares em cada configuração, ou seja, não se pode definir quais são os aspectos comunitários de um grupo de moradores a priori. Por isso, a pesquisa social e geográfica precisa de uma verificação empírica das relações interindividuais que se afasta de pressuposições induzidas a priori e teoricamente na compreensão da comunidade.

Há momentos em que o indivíduo significa menos do que a comunidade na qual ele se inscreve. Da mesma forma, importa menos a grande história factual do que as histórias vividas no dia-a-dia, as situações imperceptíveis que, justamente, constituem a trama comunitária. Estes são os dois aspectos que me parecem caracterizar o significado do termo "proxemia". Naturalmente, devemos estar atentos ao componente relacional da vida social. O homem em relação. Não apenas a relação interindividual, mas também a que me liga a um território, a uma cidade, a um meio ambiente natural que partilho com os outros. Estas são as pequenas histórias do dia-a-dia: tempo que se cristaliza em espaço. A partir daí, a história de um lugar se torna história pessoal (MAFFESOLI, 2002, p.169).

A ênfase colocada por Maffesoli é do interindividualismo dentro da comunidade, sendo as relações de vizinhança compreendidas por estas teias de interdependência: nesta perspectiva não é a intencionalidade do indivíduo, considerando isoladamente, ou em grupo ou ainda a associação por atração intencional, que caracterizariam formações de vizinhança, mas sim o indivíduo inserido em relações de interdependência que o vinculam como membro da comunidade, seja pela situação sócio-econômica, pela origem étnica, religiosa ou outra forma de vínculo. "Se, novamente, damos sentido ao bairro, às práticas de vizinhança e ao afetual resgatado por elas é porque assim permitimos a existência das redes de relações" (MAFFESOLI, 2002, p.193).

Com estas reflexões mais abertas sobre a produção do espaço social através das práticas e relações sociais (inclusive das suas sociabilidades) pretendemos entender a função da agricultura familiar e a modelação das vilas rurais. De novo, insistimos que pesquisamos não o que quer se entender cientificamente como "agricultura familiar" ou politicamente como "vila rural", mas como se vivenciam esses tipos de agricultura e de moradia no cotidiano das pessoas, principalmente no Estado do Paraná. Isto não nos

livra, porém, de uma análise conceitual dos dois termos resgatando uma discussão científica que tanto influência no mundo vivido dos vileiros.

2. AGRICULTURA FAMILIAR E VILAS RURAIS - DUAS FORMAS DE SOCIALIDADE?

Quando o governo de Jaime Lerner, em 1995, introduzia o Programa das Vilas Rurais como um programa da melhoria das condições de vida no campo, pretendia conciliar dois conceitos sociológicos fundamentais: A vivência do agricultor de pequeno porte baseada numa agricultura mista que era muitas vezes ameaçada pela modernização da agricultura mecanizada, e a vivência do trabalhador, seja rural ou urbano, que se desloca para o seu lugar de trabalho e vive, em forma assalariada, da reprodução da sua força corporal.

Com o aval do Banco Mundial, este programa pretendia seguir uma orientação sociológica adequada para a transformação de uma sociedade originalmente rural a uma sociedade urbana, respeitando que esta sociedade é um ente móvel, onde as relações sociais entre os indivíduos são modificadas por inúmeros processos influenciados pelo mercado capitalista e a modernização.

Para isto o governo estadual propôs a idéia de criar um espaço de moradia para a população pobre, criando-se na sua vivência um espaço urbano. Nele se contemplam as necessidades urgentes de estabelecer moradias decentes e de criar empregos inseridos no processo da urbanização, sem prejudicar o espaço rural.

Entretanto, a vida dos vileiros propostos neste programa não abrange apenas a dimensão das relações de trabalho e da economia, mas está embutida numa forma de ser mais profunda, com uma vivência social e culturalmente construída que se transforma em baixo da superfície das coisas óbvias, permanentemente modificado durante os tempos através do agir humano.

Pesquisas recentes mostram que a vida do agricultor passa atualmente por grandes modificações não apenas econômicas, mas também sociais e culturais por causa da flexibilização do mercado. Hoje em dia, muitos agricultores, ambos de cunho cultural de colonos e caboclos¹, trabalham numa pluriatividade dentro da agricultura

¹ O presente trabalho, não pretende e nem tem por objetivo fazer uma análise sobre as categorias do colono, caboclo e camponês, pois existem literaturas especializadas neste assunto. Para um simples esclarecimento sobre os termos, cito um artigo da pesquisadora SEYFERTH (1992). Segundo a autora numa especificação genérica o colono é identificado como descendente de imigrantes cuja família tem dedicação à agricultura. Em contra posição ao colono sobre o aspecto étnico apresenta-se à categoria caboclo que seria o pequeno produtor de ascendência açoriana ou luso-brasileira. Quanto à categoria

familiar, variando as tarefas dentro e fora da unidade doméstica e entre os membros da família. Isto não surpreende tanto, como se trata de uma característica tradicional da cada agricultura de pequeno porte. O que surpreende, entretanto, é o fato que este fenômeno era pouco percebido pela sociologia rural e a geografia agrária. Esta situação se deve provavelmente ao interesse científico quase exclusivo na função econômica e capitalista da agricultura, deixando e até desprezando todas as formas de agricultura de subsistência. Estas formas de produção apareceram nas pesquisas mais antigas apenas como ultrapassados, antimodernos ou até “pobres”.

As condições da pós-modernidade, contudo, abrem intelectualmente – e também no mercado de trabalho – possibilidades de desenvolver uma outra visão do assunto da “vida do agricultor”. Em consequência disso, este pesquisa sobre as vilas rurais do Paraná enquadra-se nos campos da geografia social e agrária com uma temática de cunho cultural, fato que coincide (com certeza não casualidade) com a “redescoberta” da agricultura familiar pela política e a discussão do assunto no âmbito científico.

2. 1. AGRICULTORES FAMILIARES COMO ATORES SOCIAIS NA PÓS-MODERNIDADE

O objetivo deste capítulo é apresentar os referenciais teóricos, com os quais pretendemos abordar o tema da agricultura familiar nas Vilas Rurais. Entendemos que os conceitos apresentados nesse esboço são importantes, à medida que permitem captar determinados processos sociais, que precisam ser reconstituídos através de uma representação abstrata (seguindo a dupla hermenêutica) para entender o surgimento de novas sociabilidades em espaços artificialmente criados por programas governamentais.

Entendemos a agricultura familiar existente nas Vilas Rurais a partir do que se denominou o modo de vida colonial, modo de produção antigo que era caracterizado e por uma forma de sociabilidade bastante integrada, que agora é ressignificada pelas famílias beneficiárias do programa, os vileiros.

A forma de produção do sistema produtivo colonial constitui-se num modo de exploração da terra baseado no sistema de pousio e na policultura. Além dos próprios

camponês, de acordo com a autora se refere ao colono, “mesmo quando este possui ocupação, e sua marca registrada é a posse de uma colônia(mesma reduzida em tamanho) – a pequena propriedade familiar”(SEYFERTH,1992,p.80).

elementos da produção agrícola fazem ainda parte deste modo as relações, mesmo que esporádicas, com o comércio local, para venda de alguns excedentes e o artesanato, especialmente no que se refere à produção de implementos domésticos. Antigamente, a reprodução deste sistema era ligado à expansão da zona pioneira no sertão, e depois consolidou-se nas regiões camponesas sempre acompanhando perifericamente a evolução das grandes propriedades, expostos como o elemento do "outro" na evolução agrária dicotômica do país.

As tradicionais formas da sociabilidade dos agricultores familiares do sistema colonial eram condicionadas pelo acesso restrito a recursos de produção em comparação ao sistema de latifúndio, mas sempre se configuraram em comunicação permanente com o outro sistema (seja de expulsão, de dependência ou de mera negligência). Trata-se, assim, de um sistema de longa data, transmitido por herança até hoje entre a população da pequena agricultura.

Internamente, as formas de sociabilidade dos agricultores familiares podem ser entendidas a partir da reciprocidade, da solidariedade e do interconhecimento que se dá na vida quotidiana dos colonos e caboclos. De um modo geral, podemos dizer que o modo da vida colonial (agricultura tradicional) caracteriza-se pela sua autarquia, o que possuía algumas semelhanças ao que diversos pesquisadores denominam de "sociedades camponesas" (WOLF, 1979).

Para análise da agricultura familiar, consideramos importante o estudo de dois aspectos. O primeiro é o aspecto familiar, tanto no que se refere ao modo produtivo como à unidade domiciliar, onde predominam relações de parentesco e consangüinidade. E o outro aspecto refere-se às relações dessas famílias ou unidades produtivas com o ambiente social e econômico externo, ou seja, a sua inserção social, que pode se dar, por exemplo, via integração aos complexos agroindustriais, através do mercado de trabalho ou de políticas pública.

Quando se analisa a agricultura familiar, atua-se, assim, em dois campos de análise paralelamente. De um lado, tem a dimensão das relações intrafamiliares, como parentesco, as relações de gênero, a hierarquia doméstica e a herança. A outra refere-se ao contexto no qual a família interage com o restante da sociedade. Quanto mais a agricultura familiar vai se inserindo na divisão social do trabalho da sociedade, mais

essa dimensão isolada e relativamente autárquica do modo de vida colonial vai se transformando, perdendo a sua autonomia perante a sociedade como um todo. Isso não significa, porém, que essa unidade está no processo de desaparecer completamente. Pelo contrário, nos últimos anos observou-se, no Brasil, um certo revitalização da agricultura familiar, principalmente gerada pela nova atenção dada no cenário político.

Entendemos que a agricultura familiar é uma forma social de produção que possui três características básicas. Estes três elementos, o trabalho, a gestão e a propriedade são interligados através da família. Neste contexto, consideramos essenciais duas noções de subjetividade para o estudo da agricultura familiar no capitalismo atual. Trata-se das noções da estratégia de reprodução e da estratégia de mercantilização. Essas noções, que determinam profundamente a nova configuração dos relacionamentos sociais, nos permitem entender como a forma familiar de produção foi transformando-se e inserindo-se na sociedade capitalista, e também, como ocorre atualmente a reprodução social das famílias. Vimos nessas transformações um resultado da época da pós-modernidade.

2.2. O ESGOTAMENTO DA IDÉIA RACIONALIZANTE DA MODERNIDADE

O modo da produção colonial contradiz, em vários aspectos, as idéias da modernidade, principalmente pelo seu enfoque na sociabilidade e produção familiar baseada no parentesco e não no mérito individual. Por isso, segue aqui uma discussão, como a idéia da modernidade é trabalhada no discurso acadêmico para entender os processos sociais que acompanham a transformação da sociedade moderna, para uma sociedade pós-moderna, principalmente no âmbito rural.

A idéia da modernidade está inserida no contexto da formação cultural ocidental. Modernidade tem como significado o modo de pensar o tempo através de uma história linear e progressiva. Historicamente, algumas idéias básicas se originaram no início da Idade Média Cristã (KUMAR, 1997, p.79), quando se estabeleceu uma contra-posição entre o mundo antigo das civilizações míticas tradicionais e a nova ordem, o cristianismo. Neste período, a modernidade se confrontou com uma maneira de estar no tempo e no espaço do mundo antigo representado pela repetição e regularidade na natureza, na qual regia as mudanças cíclicas das estações do ano e a alternância entre o dia e a noite. O cristianismo possibilitou, neste contexto, uma revolução na

representação do tempo, pois “conta uma história com um começo (a criação e o pecado original), um meio (o advento de Cristo) e um fim (o segundo advento)” (KUMAR, 1997, p.81).

Depois disso, a modernidade surge como conceito filosófico no período do Iluminismo, quando o indivíduo assume o papel da reflexão da sua própria história, instalando o projeto reflexivo do Eu (GIDDENS, 2002). Este novo individualismo do sujeito trás consigo a separação das duas hermenêuticas, separando a vida cotidiana como inserção em determinados espaços, e a reflexão sobre estes espaços vividos como um segundo modo de ser.

Apenas a partir do século XVIII e XIX, a descoberta da modernidade afeta também o cenário artístico, culminando nos escritos do poeta francês Baudelaire (BENJAMIN, 1997) em sua reflexão sobre a sociedade industrial, principalmente descrevendo os ambientes urbanos e mostrando como o indivíduo pode ser isolado e perdido nas grandes cidades da época, estes também criações (arquitetônicas) do próprio modernismo.

Na virada do século XX, o pensador alemão Max Weber faz uma análise sociológica da modernidade (WEBER, 1995). O estudo de Weber irá definir a modernidade como o processo de racionalizar a vida social através da burocratização, o qual se inicia no período final do século XVII. Conforme ele, a racionalização da vida social abriu as vias para a industrialização, através da economia capitalista, o Estado-Nação, a administração científica e a produção incentivado pelo desenvolvimento industrial e tecnológico.

Para Weber, a modernidade é expressão máxima da existência de uma mentalidade técnica que se enraíza dentro das esferas institucionais, incluindo toda vida social na burocratização, na secularização da religião, no individualismo e na diferenciação da ciência, da arte, do direito e da moral. Para ROUANET (1998, p. 162), entretanto, a problematização de Weber não é a um questionamento da razão em si, mas uma crítica do domínio da razão instrumental sobre a razão substantiva, causando a perda do sentido geral da vida (Sinnverlust) e acompanhada por uma grande perda de liberdade (Freiheitsverlust).

A produção capitalista inventa um indivíduo que deve ajustar-se às novas exigências econômicas com normas universais de consumo e reprodução. A moral é

enquadrada na secularização individualista da ética protestante e do espírito do capitalismo weberiano. A norma da nova ordem é harmonizar-se com a necessidade capitalista industrial. Esta tendência pode ser verificada nas artes e na arquitetura através de uma racionalização do modo de representar o mundo, estabelecendo uma ruptura com o ecletismo do século XIX, este ainda resultado de uma gama de ligações tradicionais e orgânicas com determinadas formas de sociabilidade. Nas palavras de JAMENSON (1996, p. 271) verifica-se uma “capitulação universal” ainda que imperceptível frente ao discurso orientado para o mercado, que inibe qualquer tentativa de formulação alternativa.

A idéia de pós-modernidade surge, na segunda metade do século XX, frente deste cenário extremamente homogeneizante da modernidade, o qual é definido pelos grandes relatos do iluminismo, do capitalismo e do marxismo, este último resultado da dialética interna da modernidade (LYOTARD 1979). Ela é acompanhada pelo advento da sociedade de consumo e de massa média, os quais provocam a queda da predominância das grandes ideologias modernas e de idéias centrais como história, razão, progresso.

O termo pós-moderno aparece, pela primeira vez, no campo da crítica literária, em uma ontologia de poesia espanhola e hispano-americana de Frederico de Osnis, em 1934. Em 1959, Irving Howe publica, na *Partisan Review*, o artigo “Sociedade de massa e a ficção pós-moderna”, onde relata a decadência da ficção em meio à cultura de massa. Ibn Hassan, pesquisador da Universidade de Wisconsin, afirma que o termo pós-moderno, na literatura, aparece como crítica e diferenciação do movimento da vanguarda do alto modernismo (ROUANET, 1998, p. 255).

Nesta interpretação, pós-modernidade é a expressão orientada pelo sentimento de mudança cultural e social que aparece nas décadas de 1940 e 1950 nos Estados Unidos da América e na França em 1958. A década de 1960 torna-se um período de transição, em que as instituições estão sem respostas às questões vigentes: contra-cultura, revolução verde, informatização da sociedade, pós-colonialismo e pós-industrialismo indicam um momento de desencaxe, no termo usado por GIDDENS (1991), das instituições à falência do discurso, principalmente com seu paradigma industrial e de produção.

Segundo BELL (1973), a pós-modernidade representa a fase pós-industrial da sociedade do consumo, onde a produção de bens e serviços é modificada de acordo com

as novas tecnologias da informação. O autor baseia sua teoria em dados estatísticos econômicos que mostram a redução dos números de trabalhos no setor secundários (indústrias) e o aumento deles no setor terciários (prestação de serviços e comércio) da economia. Uma outra característica da fase pós-industrial é representada pelo processo de globalização, cujo capital é do capitalismo multinacional.

Para alguns autores, a fase pós-industrial não é uma ruptura com a dinâmica monopolista do capitalismo, mas uma radicalização do desenvolvimento de sua própria lógica (HARVEY, 2002). Segundo Harvey, após a profunda recessão de 1973, iniciou-se uma série de processos que vieram a solapar o modelo fordista do pós-guerra. Tomou impulso a “acumulação flexível”. Para HARVEY, este conceito

"Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”.(2002, p.140).

A pós-industrialização, apesar de não representar uma ruptura com a dinâmica econômica da sociedade capitalista, se insere igualmente em uma nova forma de exercício do poder político. Para ROUANET (1998), o cidadão rousseauiano, com sua identidade surgida na linearidade histórica, esta pulverizada em suas particularidades por causa da política pós-moderna que seria uma "política segmentar, exercida por grupos particulares, política micrológica, destinada a combater o poder instalado nos interstícios mais imperceptíveis da vida cotidiana" (p.237).

De acordo com LYOTARD (1979), o homem pós-moderno obedece simultaneamente às enunciações de várias ordens embutidas em várias linguagens, escapando, assim, das formas totalitárias da razão instrumental moderna. Para este autor, a ciência moderna foi construída na síntese do discurso e do empirismo, procurando o consenso, a eficiência, a certeza e o determinismo. Na atualidade, porém, o conhecimento científico entra em crise frente da própria meta-narrativa, dando lugar a novas formas de consenso, naquilo que Lyotard denomina “paralogia”. Esta nova ciência “sugere um modelo de legitimação que não é aquele da melhor performance, mas aquele da diferença....” (LYOTARD, 1979, p.97).

Este novo momento de pesquisar a diferença encontra um cenário da simultaneidade e do “aqui e agora”, abdicando da tradicional linearidade da modernidade. Agora, o sujeito (tanto o agricultor como o pesquisador) está na procura da conquista do presente, como demonstra o pensador contemporâneo Michel Maffesoli (2001), estabelecendo um novo diálogo com a dimensão estética e hedonista que está tão dominante na vida contemporânea. Para Michel Maffesoli, a pós-modernidade é caracterizada pelo advento de uma nova forma de socialidade, a de tribos em franca oposição à figura moderna do individualismo. Esta socialidade redescobre formações sociológicas que no discurso da modernidade, pelo menos na sua variante evolucionista, fizeram parte do elemento ultrapassado (tradicional) e periférico. Mas Maffesoli deixa bem claro, que não se trata com essa evolução de uma reconstrução do antigo, mas de uma construção livre, associativa e nova de relações sociais, estas muitas vezes baseadas no elemento estético, destacando o indivíduo como um ator social num jogo da multiplicidade, formando a sua inserção numa comunidade que ele mesmo criou.

A fim de compreendermos melhor esta nova relação de socialidade contemporânea em relação à ruralidade dos agricultores familiares, tentaremos mostrar como alguns conceitos de Maffesoli, como o tribalismo, o presenteísmo e o vitalismo, todos marcas indiscutíveis da sociedade contemporânea, podem ser aplicados para descrever nosso objeto de pesquisa, as vilas rurais. Avaliamos as Vilas Rurais claramente como uma forma específica de socialidade pós-moderna e as comunidades de agricultores familiares como criadores de uma espacialidade adequada para este contexto específico.

A obra de Michel Maffesoli é decisiva para uma “sociologia compreensiva, que descreve o vivido naquilo que é, contentando-se assim, em discernir as visadas dos diferentes atores envolvidos” (MAFFESOLI, 1988,p.25). Nesse sentido, a sociologia maffesoliana tem por objetivo olhar aquilo que é dado, aquilo que “é”, e não aquilo que “deve ser”, o que a sociedade rejeita por razões moralistas ou analíticas. Maffesoli mostra como o conceito de “socialidade” é definido em oposição à “sociabilidade”. Para o autor, a socialidade é um conjunto de práticas quotidianas (banal, festivo, esportivo, etc) que escapam ao controle social (a Política, a Economias, a História, etc) e que constituem o substrato de toda a vida em sociedade, não só da sociedade contemporânea, mas de toda sociedade em todos os tempos. Esta socialidade encontra-se principalmente nos pequenos fatos, na vida ordinária, na banalidade. Nas relações

quotidianas, conforme Maffesoli, vivemos o enorme desejo de “estar/junto-com”, sendo este fator o responsável principal pela coesão social. Desta forma, as relações quotidianas se estabelecem no ato de “querer-viver”.

A socialidade insere-se nesta trama social numa multiplicidade de experiências coletivas baseadas não na homogeneização, na institucionalização e na racionalização da vida (isto seria a sociabilidade), mas num ambiente imaginário, passional, erótico e violento do dia a dia. Parece o ambiente a qual o escritor Robert Musil se refere como o quotidiano dos homens sem qualidade.

Maffesoli mostra que existem momentos em cada sociedade nos quais a forma de viver se exprime em alguma cultura vigente, aquilo que ele chama de estilo. O estilo pós-moderno se reflete no “tempo das tribos”. De acordo com MAFFESOLI (1995, p. 35) é “um tempo em que o sentido de ver, de sentir, de amar, de se entusiasmar em comum e no presente se impõe, sem dificuldade, às representações racionais voltadas para o futuro”. Enquanto a sociedade da modernidade era largamente dominada pela institucionalização das relações sociais da modernidade, a sua sociabilidade, a sociedade contemporânea é baseada numa socialidade não institucional, tribal que se sobressai. Isso não significa que estes elementos culturais existam de maneiras estanques e excludentes, mas trata-se atualmente de uma superposição dessa forma de vivência a forma moderna.

A socialidade pós-moderna enfatiza o presente e não investe mais no dever ser, mas naquilo que é, o presente. Também a vida quotidiana insiste nessa dimensão do presente, de um presente caótico e politeísta em detrimento de uma perspectiva moderna futurista com um ideário democrático (longínquo e projetivo) calcado numa lógica individualista. Socialidade significa basear-se, sim, num ideário comunitário e a predominância do quotidiano pouco percebido.

É neste sentido que a necessidade de tribo surge, para se construir com o outro, pelo outro e no outro através de relacionamentos. O indivíduo é assim “movido por uma pulsão gregária, é, também, o protagonista de uma ambiência afetual que o faz aderir, participar magicamente desses pequenos conjuntos escorregadios que propus chamar de tribos” (MAFFESOLI, 1997, p. 18-19).

O tribalismo refere-se, conseqüentemente, à vontade de estar-junto, onde o que importa é o compartilhamento de emoções em comum. Essa nova ambiência

comunitária é chamada por MAFFESOLI (1995, p.34) de paradigma estético (formas de emoções partilhadas e sentimentos vividos em comum). Esta ética estética irá impregnar, pelo menos no raciocínio de Maffesoli, todo o ambiente social e contaminar o político, a comunicação, o consumo, os negócios, as artes, ou seja, a vida quotidiana no seu conjunto.

Esse processo da pulsão gregária também fez parte da idéia das Vilas Rurais. Apesar de que a sua formação era primeiramente moldada no pensamento do modernismo para suprir necessidades básicas a serem fornecidos pelo Estado moderno, a visão sociológica atrás deste programa demonstra uma vaga confiança no funcionamento da idéia comunitária (tribalismo), com ênfase no presente (presenteísmo) e com um paradigma estético (ética da estética) no espaço rural-urbano no qual se insere a Vila Rural. Assim, podemos propor, como hipótese, que as novas formas vivida neste meio rural atuam como fatores fundantes do caráter comunitário tribal, típico da socialidade contemporânea.

2.3. A AGRICULTURA COMO ELEMENTO DA SOCIALIDADE

A agricultura acompanha esta transformação das socialidades. Segundo ALMEIDA (1999, p. 31), a racionalidade da modernização na agricultura focou-se em dois pontos: na dinamização dos setores improdutivos através de políticas públicas, os quais, por ineficácia e falta de vontade, não alteram o sistema de posse e uso da terra, e na abertura do comércio internacional através da transnacionalização da economia em geral.

Com a modernização da agricultura incorporou-se o modelo capitalista no campo modificando além do progresso técnico (GRAZIANO NETO, 1985,p.26) também a organização da produção, que diz respeito às relações sociais, com o surgimento do bóia-fria, do trabalhador volante e outras formas sociais. Esse processo de difusão de tecnologias que ficou conhecido como Revolução Verde (SCHUTZ, 1995), embora tenha sido potencialmente capaz de promover o incremento da produção e da produtividade na agricultura em diversos locais no mundo, tornou-se um grande componente de desigualdade social no meio rural, desagregando principalmente a agricultura tradicional.

O Estado do Paraná não foge a este contexto. A partir da década de 1970, este Estado passou por significativas transformações no mundo rural. O modelo de desenvolvimento adotado transformou profundamente a sua estrutura agrária. A política de desenvolvimento rural de então resultou, em grande parte, na substituição das lavouras tradicionais, os quais eram trabalhadas de forma intensiva, por lavouras mecanizadas ou por pecuária extensiva, liberando grande contingente de trabalhadores rurais. Este processo alterou significativamente a situação sócio-econômica de grandes parcelas da população, e concentrou e diminuiu a renda, além de degradar grandes espaços seminaturais.

Uma das conseqüências diretas desse processo, especialmente em áreas de pequenas propriedades rurais, foi o êxodo rural. No período entre 1970 e 1980, a população rural no Paraná decresceu em 1.268.659 pessoas, registrando uma taxa anual negativa de 3,3%. Nos anos entre 1980 e 1991, a população rural paranaense diminuiu em mais 906.071 pessoas, mantendo a taxa anual decrescente de 3,1%, muito próxima à década anterior. (Censo Demográfico de 1970, 1980 e 1991).

Com o propósito de reverter esta situação, o Governo do Estado do Paraná elaborou um projeto de política pública em parceria com a agência de fomento internacional Banco Mundial (BIRD), com ações voltadas a redução da migração rural-urbano. Neste contexto, o Projeto Paraná 12 Meses, iniciado em 1995 na gestão do então governador Jaime Lerner, propôs a implantação das Vilas Rurais em municípios do interior do Paraná, tendo como objetivo a melhoria nas condições de moradia, da organização do trabalho e do acesso aos serviços de caráter público dos trabalhadores rurais volantes, buscando sua permanência no meio rural (PARANÁ, 1995).

Neste projeto observa-se bem a dualidade entre duas formas contraditórias da subjetividade, avaliando as diferentes estratégias. O agricultor familiar tenta fazer da sua atividade seu projeto de vida (subjetividade singular), enquanto o agricultor de comercialização procura novas formas de reprodução no meio rural (subjetividade capitalista). Por isso, focalizamos agora na figura do agricultor como ator social e indivíduo, procurando quais poderiam ser as novas formas de socialidade que eventualmente surgiram desta situação.

2.3.1. A CONSTRUÇÃO DO ATOR SOCIAL NO MEIO RURAL

A categoria analítica denominada agricultura familiar já recebeu as mais diferentes definições e denominações, sempre mudando o seu foco conforme a época e da corrente acadêmica (BRANDENBURG, 1999, p.92). Na região sul do Brasil é freqüente denominar a agricultura familiar, a agricultura do colono quando se refere ao agricultor de imigração européia do século XIX e XX, e agricultura cabocla, quando se refere à forma tradicional da agricultura colonial, principalmente exercida por descendentes de luso-brasileiros, índios e negros. Em outros contextos, ambos os grupos poderiam ser chamados camponeses (WOLF 1979).

O processo social da agregação de camponeses reflete sempre a específica realidade de uma região e a agremiação dos portadores deste processo numa determinada sociabilidade. De acordo com MENDRAS (1978), uma sociedade camponesa corresponde a um conjunto autônomo de uma sociedade global mais ampla. Segundo o autor, existem cinco características básicas que formam um tipo ideal de sociedade camponesa:

1. A autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina, mas tolera as suas originalidades.
2. A importância cultural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social e da coletividade.
3. Um sistema econômico de autarquia relativa que tem relações com a economia envolvente.
4. Uma coletividade local caracterizada por relações intensas de interconhecimento e de relações débeis com as coletividades circunvizinhas.
5. A função decisiva do papel dos notáveis entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente (MENDRAS 1978, p. 14-15).

Todavia, o processo de modernização da agricultura brasileira faz com que essa forma de agricultura existente ameace entrar em colapso dando espaço para uma agricultura familiar moderna, moldada na idéia moderna da família, representando a família na sua forma nuclear e não extensa. Essa afirmação nos leva ao questionamento de como ocorre a desarticulação do processo campesino, e requer uma reflexão na sua implicação sobre a definição de o que é agricultura familiar.

Entendemos a agricultura familiar como sendo um grupo social que apresenta uma forma de organização de produção e de trabalho com base na família. A agricultora familiar, de acordo com LAMARCHE(1993), é entendido como sendo:

A agricultura familiar é concebida, enquanto conceito de análise, como uma unidade de produção onde a propriedade e trabalho estão intimamente ligados com a família. A partir de sua racionalidade, o termo agricultura familiar recebe situação extremamente variada e diferente estudos associados aos meios de produções utilizados, emprego de tecnologia, variado na capacidade de adaptação e reprodução (p. 6).

A diversidade de denominação em torno dessa categoria social aparece no âmbito paranaense (e em geral, no Sul e parcialmente no Sudeste) na diferença entre colono e caboclo (BRANDENBURG,1999). Uma grande diversidade de entendimento aparece também quando se trata do trabalhador rural, este associado às lutas políticas no campo durante os anos 1950 e 1960, englobando “assalariados”, ”parceiros”, ”arrendatários”, ”pequenos proprietários”. Não é pretensão deste trabalho discutir uma revisão destas denominações, já existe uma vasta bibliografia acadêmica sobre o tema, mas o nosso propósito é delimitar um referencial teórico que seja útil ao objeto de trabalho.

O termo da "agricultura familiar", segundo alguns pesquisadores, passa a ser utilizado no seu entendimento atual, tanto academicamente, quanto no cenário político, apenas a partir da década de 1990 (MEDEIROS, 1997). Principalmente as pesquisas realizadas pelo INCRA/FAO, a partir do qual ocorria um amplo mapeamento da agricultura familiar no Brasil, revelaram uma realidade bastante diferente do que parte dos acadêmicos e políticos pensavam até então existir. O INCRA trazia, junto com a FAO, além de um paradigma mais cultural, no seu trabalho uma proposta de

delimitação do "universo familiar rural" novo, definindo-o com as seguintes características: a) a direção dos trabalhadores do estabelecimento é exercida pela família; b) o trabalhador familiar prevalece ao trabalho em contrato.

A delimitação analítica de um grupo sociológico com a característica "produção com base na família" leva-nos a outras formas de produção agrícola de modelos não-familiares, os quais contextualizam este tipo de produção. E, de fato, a caracterização do INCRA/FAO (1999) prevê no total três tipos básicos de produção agrária:

- a) Agricultores familiares: conceitualmente são considerados agricultores familiares como produtores, proprietários ou não de terra, que detém o controle do processo de trabalho (gerência) e utilizam mão de obra familiar;
- b) agricultores patronais: os agricultores patronais são aqueles que comandam diretamente o processo de trabalho baseado na mão de obra assalariada;
- c) agricultores capitalistas: os agricultores ou empresas capitalistas são unidades de produção baseadas na aplicação de capital e de trabalho assalariado. A gestão do processo produtivo normalmente é realizada por gerentes e administradores (p.6).

Muito embora se deva reconhecer a importância do trabalho desenvolvido nas pesquisas do INCRA e da FAO, esta referência tem um caráter normativo moldado no pensamento moderno, com uma idéia racionalizante, e, por isso, não é adequada ao tipo de estudo que se pretende neste trabalho. O estudo da FAO polariza as formas de produção na agricultura em duas categorias distintas, familiares e capitalistas. Mas o que pretendemos demonstrar aqui é que a agricultura familiar se reproduz mediante a interação de diversos fatores, internos e externos à família, e que as estratégias de reprodução daí resultantes são diversos e, muitas vezes, se misturam entre as duas lógicas, principalmente quando se refere ao uso da mão de obra. O resultado dessa heterogeneidade pressupõe que precisamos de uma diferenciação social de agricultores

familiares, que baseia-se mais no tipo de estratégia utilizada pelas ações dos agricultores enquanto atores sociais do que do seu modo de produção.

Conseqüentemente, WANDERLEY (1999) propôs uma tipologia da agricultura familiar que abrange diversas formas, entre eles resquícios do sistema produtivo colonial (conhecido também como agricultura tradicional) e traços de modernização dentro da agricultura familiar. A grande variedade das formas contrasta, assim, profundamente com a visão acadêmica e analítica, deixando as afirmações científicas bastante genéricas.

O conceito de agricultura familiar, entendida como aquilo em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que esse caráter familiar não é mero detalhe superficial e descritivo, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. No entanto, assim definida, essa categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais. (WANDERLEY, 1999, p. 23)

De certo modo, as vilas rurais mostram traços da agricultura familiar quando denotam uma realidade, onde os vileiros são proprietários de pequenos estabelecimentos (5.000 m²), residentes nas propriedades e utilizando o trabalho da própria família. Mas ao mesmo tempo as propriedades das vilas se mostram bastante integradas ao mercado também não-agrário, e desta forma parecem fugir do imaginário acadêmico, sendo não compatível com a realidade comumente imaginada para estes descendentes de colonos e caboclos. Como a reprodução dos vileiros já depende tanto de fatores externos, como internos, as Vilas Rurais podem ser vistas como um elemento do processo da fragmentação da sociedade camponesa, como mostra ABRAMOVAY (1992):

As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis. Tão logo os mecanismos de preços adquiram a função de arbitrar as decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços sociais perderão inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social. (p. 17)

Devido às considerações mais econômicas e políticas expostas acima, achamos, no entanto, a idéia de agricultura familiar deve ser entendida mais através de fatores analíticos relacionados com a reprodução social e as atividades sociais. Neste sentido, as definições aqui apresentadas por LAMARCHE (1993) e por WANDERLEY (1999) são redutoras na descrição das características, quando acabam de juntar, sob a mesma categoria geral, formas modernas da agricultura familiar e estas do campesinato tradicional. Entendemos, contudo, no nosso trabalho que a agricultura familiar desenvolve mecanismos de resistência que conseguem reproduzir-se socialmente mesmo em ambientes adversos. Uma agricultura familiar concebida como resultado de conjunto de várias características sociais de reprodução abre um espaço para melhor compreender as comunidades, cuja base fica atualmente muito mais na sua socialidade do que na sua inserção econômica. Esperamos obter, através de uma análise deste tipo de pesquisa, uma compreensão melhor do funcionamento de um novo tipo de reprodução, para dar jus ao agricultor como ator social nessas suas histórias.

2.3.2. A AGRICULTURA FAMILIAR FRENTE A MERCANTILIZAÇÃO

A reprodução social da forma familiar de produção na agricultura tem sido objeto de discussões teóricas há um longo período. KAUTSKY(1899/1986) e LENIN (1899/1985) tentaram explicar, nos seus estudos, as conseqüências do desenvolvimento do capitalismo sobre os camponeses. LENIN baseia sua teoria na posição que a tendência da agricultura familiar frente à penetração do capitalismo seria uma diferenciação social, o qual levaria ao desaparecimento do camponês, enquanto KAUTSKY afirmava que a tendência para o campesinato não é o seu desaparecimento, mas sim uma situação que, no processo de desenvolvimento agrário, o levaria a uma subordinação das pequenas unidades de produção agrícola aos grandes empreendimentos, principalmente devido ao fator de inovação tecnológica.

De fato, o que podemos perceber atualmente, no Brasil, é que a agricultura passa por uma grande transformação na sua base produtiva a partir da metade do século XX.

Observa-se, neste conjunto, claramente a aptidão dos agricultores de pequeno porte para garantir, pelo menos para uma determinada parcela, a sobrevivência da sua agricultura familiar - não no modo do campesinato tradicional, mas de uma forma amalgamada e adaptada ao mercado e a sociedade atual.

Alguns autores contemporâneos apontam o que poderia explicar este fenômeno. Diferente da indústria, a agricultura possui leis próprias, principalmente relacionadas ao caráter biológico do ambiente onde são desenvolvidas as atividades agrícolas (GOODMAN, 1990). Enquanto a indústria sempre mostra a tendência de renovar-se artificialmente através de modificações profundas, o ambiente natural da produção agrícola sofre apenas apropriações parciais no processo de modernização.

Assim, os agricultores são inseridos no mercado através de um processo de integração em base da sua própria lógica, ligada ao seu próprio espaço, a sua própria experiência vivida e o seu ambiente conhecido. Esta inserção no mercado é denominado de mercantilização (VAN DE PLOEG, 1992), na medida que as estratégias dos produtores modificam os seus sistemas produtivos com o fim de obter uma remuneração monetária, mas permanecem integradas no conjunto da unidade produtora. Assim, a agricultura familiar eleva o seu grau de mercantilização estabelecendo uma relação mais direta com o ambiente social, político e econômico, implicada numa maior sujeição às conseqüências das transformações ocorridas na sociedade, como, por exemplo, o desenvolvimento científico e a inovação tecnológica, e as mudanças nos acordos do comércio internacional. Contudo, a forma familiar de organização da produção e do trabalho é um elemento que é constantemente confrontado, e assim persiste, com o ambiente externo (GOODMAN 1990).

Autores como GODMANN defendem a idéia de que a indústria, diante da impossibilidade momentânea de substituir totalmente o processo produtivo da agricultura, acaba apenas apropriando de determinadas etapas desse processo, como pode ser verificado na atual diminuição no abate de animais e na diminuição dos períodos dos ciclos produtivos da plantação devido ao melhoramento genético, a mecanização e pesticidas, entre outros.

Durante o período da agricultura colonial (ou agricultura tradicional), a produção de alimentos se dava sob uma base técnica com poucos insumos externos e ferramentas rudimentares, baseada na recuperação natural da fertilidade do solo, mediante a utilização do sistema de rotação de terra (pousio), e pela utilização de sementes raças de

animais chamadas crioulas. Isso conferia ao agricultor um status semi-autárquico, pois o objetivo da produção era o autoconsumo da família e a obtenção de recursos monetários com o excedente. No entanto, tendo em vista a implementação pelos agricultores de sistemas agrícolas voltados para o mercado, à geração de inovação no campo da genética, da nutrição animal, nas técnicas de manejo do solo, plantas e animais e pelo emprego de elevado volume de insumos externos, os processos produtivos são modificados, transformando o ambiente mais profundamente. Este processo traz consigo uma reformulação das estratégias de reprodução da agricultura familiar, conduzindo a um processo de crescente mercantilização. Entendemos, que através dessa mercantilização, o mercado passa a mediar a dimensão da vida social e econômica.

As famílias das Vilas Rurais vivem este processo de mercantilização, especialmente nas atividades relacionadas a projetos desenvolvidos pela EMATER/PR, onde o estabelecimento de um contrato de produção implica na utilização de um “pacote” de insumos e implementação de um processo produtivo padrão. Diferente de uma sociabilidade tradicional baseada em relações de reciprocidade e solidariedade típicas da agricultura tradicional, a mercantilização redefine esta sociabilidade, aproximando-se da ideia de ABRAMOVAY(1992):

Aquilo que era antes tudo um modo de vida, converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa (p.127).

Visto esta situação, precisamos pesquisar, em que forma a reprodução social do sistema da agricultura familiar ainda pode ocorrer.

2.3.3. AGRICULTURA FAMILIAR E A REPRODUÇÃO SOCIAL

Ao nosso ver, a reprodução da agricultura familiar não depende apenas do sucesso econômico. CHAYANOV (1974) contribuiu com seu estudo sobre a forma de

organização da unidade familiar de produção na agricultura com a idéia que a análise da unidade econômica camponesa precisa diferir totalmente da análise da unidade de produção capitalista pelo fator da força de trabalho, destacando a família como o único elemento de análise. A tese central de CHAYANOV refere-se ao balanço subjetivo entre o trabalho e o consumo. Na medida em que houver aumento na necessidade de consumo, de haver, paralelamente um aumento da intensidade de auto-exploração da força de trabalho. Nesse sentido, a motivação desse grupo social é o estabelecimento de um balanço entre a força de trabalho disponível e as demandas de consumo e está diretamente relacionada à configuração demográfica.

Esse aspecto difere de acordo com cada família, devido a sua quantidade e qualidade de mão de obra é variável ao longo do tempo dependendo do número de integrantes, suas idades e suas capacidades de desenvolver trabalho. A mão de obra familiar não é a única fonte, porém, como a comunidade rural dispõe de todo um sistema de auto-ajuda também disponível para ser utilizado no provimento de suas próprias necessidades. Além disso, as unidades familiares diferenciam-se das demais unidades produtivas capitalistas por possuírem a possibilidade de decidir sobre os meios de produção e a execução das atividades agrícolas, havendo maior agilidade na tomadas das decisões e uma certa flexibilidade na auto-exploração de força de trabalho, como também no estabelecimento de um nível de consumo.

Dentro deste contexto acontece a reprodução social, baseado num conjunto emotivo e de convivência, geralmente não alienada no cotidiano dessas pessoas. Essa idéia pode ser útil no estudo empírico da agricultura familiar nas Vilas Rurais. Muitas atividades dentro das Vilas Rurais permitem que se utilize o trabalho de criança e idosos, outras, porém necessitam ser realizadas por indivíduos com capacidade plena. Isso pode ser associado ao fato de que a família é constituída por categorias fixas, não mutáveis qualitativamente, como é o caso de seus integrantes. Contudo, também é constituída por categorias variáveis, como a quantidade de trabalho empregado, o fluxo de recursos, o investimento em tecnologia e o nível de consumo.

Este amalgama social permite um tipo de reprodução, que claramente ultrapassa as necessidades econômicas e sociais racionais, dependendo também de uma socialidade móvel e subterrânea que reconstrói a oferta de um espaço de convivência pelo Estado nas Vilas Rurais, incluindo neste projeto também atividades e socialidades não agrícolas.

2.3.4. AGRICULTURA FAMILIAR E A PLURIATIVIDADE

GRAZIANO DA SILVA (1997) analisou a importância das rendas não agrícolas no meio rural brasileiro e concluiu que já não pode caracterizar-se esse meio somente como agrário. Isso porque há um conjunto de atividades não-agrícolas, tais como a prestação de serviços, o comércio e a indústria, que correspondem cada vez a pela atividade dos trabalhadores no meio rural brasileiro. Conseqüentemente, não podemos mais definir o meio rural como um espaço exclusivo para atividades agropecuárias, uma vez que a maioria de membros da família estão ocupados em uma atividade não-agrícola. Assim surge a necessidade de definir este conjunto como pluriativo, e os vilareiros das Vilas Rurais se inserem neste contexto.

Atualmente, a atividade agrícola na ocupação e na renda das famílias rural vem diminuindo gradativamente, a serem substituídos por empregos não-agrícolas. Esse fenômeno tem sido definido sem muita distinção por pesquisadores como pluriatividade ou como agricultor de tempo parcial (KAGEYAMA, 1998 a). Segundo KAGEYAMA:

(...) os dois fenômenos não podem ser totalmente superpostos: o tempo parcial numa atividade (agrícola, por exemplo) é condição necessária para poder dedicar-se a outras atividades, mas não é suficiente e nem é sinônimo de pluriatividade. Mais ainda: é preciso esclarecer se o tempo parcial se refere a uma atividade (“agricultura de tempo parcial”) ou o número total de horas trabalhadas pela pessoa (p.556).

Embora que falta ainda nitidez da percepção e reflexão sobre este fenômeno, a discussão sobre a pluriatividade há um bom tempo. FULLER (1984, citado por KAGEYAMA, 1998a) realizou uma revisão bibliográfica já nos anos 1980 na qual pode-se notar as diferentes conotações e conceituações que a expressão “agricultura de tempo parcial”, regressando até a década de 1930. Entre as décadas de 1950 e 1960, ocorreu a passagem do termo “agricultura de tempo parcial” para “empregos múltiplos” e, no final dos anos de 1980 na Europa, no contexto das Reformas da Política Agrícola Comum (PAC), surge o termo “pluriatividade” (pluriactivity).

Segundo KAGEYAMA (1998a), no final da década de 1980, o conceito de pluriatividade passou incluir atividades ou trabalhos não necessariamente remunerados monetariamente. O amálgamo de atividades varia de emprego em outros

estabelecimentos agrícolas (trabalhador assalariado), atividade não-agrícola no estabelecimento, mas de outros ramos (turismo e alojamento) e atividades externas não-agrícolas. Podemos concluir, assim, que a pluriatividade descreve uma unidade produtiva multidimensional em que são executadas atividades agrícolas e não-agrícolas dentro e fora da propriedade e pelas quais diferentes tipos de remuneração são recebidos (FULLER, 1990 citado por KAGEYAMA, 1998a).

No Brasil, os conceitos de “tempo parcial” e “pluriatividade” também não estão muito bem definidos, já que o fenômeno social parece recente. Assim, cabe salientar apenas algumas definições mais usuais no meio acadêmico brasileiro.

Para GRAZIANO DA SILVA (1997) os dois termos "agricultura de tempo parcial" e "pluriatividade" são conceitos iguais, como o part-time farmer pode ser traduzido por agricultores em tempo parcial, que tem característica fundamental de agricultor ou o pecuarista (tempo parcial) mas que as combina com outras atividades não-agrícolas (pluri-atividade).

Com base em pesquisa nas PNADs de 1992-97, DEL GROSSI e GRAZIANO DA SILVA (1999) definiram famílias pluriativas como sendo aquelas onde pelo menos um membro exerce uma ocupação agrícola e outro uma não-agrícola ou ainda pelos menos um dos membros exerce dupla atividade agrícola (ocupação principal e secundária).

Para MATTEI (1999) a pluriatividade é definida como sendo “uma combinação numa mesma pessoa, de duplo caráter, ou seja, o trabalhador com estatuto de emprego e de trabalhador por conta própria ao mesmo tempo” (p.2). Esta combinação pode ser dar de duas maneiras: a) através de um mercado de trabalho que combina desde a prestação de serviços manuais até emprego temporário em outras atividades e, b) através da combinação de atividades tipicamente urbanas com a administração/gerenciamento da propriedade. O diferencial de análise de MATTEI está no fato, que a pluriatividade ocorre no indivíduo e não na família como objeto de análise, claramente uma perspectiva mais modernista do que a outra definição.

Uma definição mais abrangente foi adotada pelo projeto RURBANO da UNICAMP do Estado de São Paulo, considerando como pluriatividade também a ocorrência de ocupação secundárias na própria atividade agrícola (por exemplo, o pequeno agricultor, que também é assalariado temporário em outra propriedade

agrícola). Desta forma, não é necessário ter uma ocupação não-agrícola para caracterizar pluriativo. O que se conclui é que não existe uma definição rígida em relação a pluriatividade e agricultura parcial. O uso da definição depende do lugar que melhor se aplica à realidade em estudo.

Neste momento, podemos voltar a idéia da socialidade proposta por Maffesoli. A grande flexibilidade das relações de trabalho mostra, que eles não são mais decisivos na configuração da vida social nas Vilas Rurais. Precisa-se, por isso, de uma abordagem que parte da categoria de análise da reprodução social, avaliando as relações de trabalho em função deste objetivo da socialidade, principalmente dentro das famílias e das comunidades. Antes, entretanto, precisamos entender, qual é este espaço criado artificialmente para os atores da agricultura familiar chamado Vila Rural. Para isto, precisamos conhecer um pouco melhor o conceito das políticas públicas do Estado do Paraná em relação com a questão agrária.

3. AS POLÍTICAS AGRÁRIAS PÚBLICAS E O IDEÁRIO DAS VILAS RURAIS – O PROGRAMA PARANÁ 12 MESES

No presente capítulo, iremos analisar o processo de formulação, concepção e implantação do Programa Paraná 12 meses, um programa para o meio rural do Estado do Paraná, que incluiu a proposta do estabelecimento das Vilas Rurais.

Este programa foi concebido no ano de 1995, no início do governo paranaense do então governador Jaime Lerner. Nas duas gestões deste governador (1995-1998 e 1999-2002), mobilizou-se recursos consideráveis através do apoio financeiro do Banco Mundial. Os objetivos principais do programa eram o combate à pobreza rural via crédito e apoio financeiro, a fixação do homem no campo através de construções de vilas rurais, ações de melhoria da infra-estrutura social básica, recuperação e preservação do meio rural em geral e geração de renda em regiões com mais concentração de pobreza.

Em seguida, a nossa análise se refere principalmente a uma análise da racionalidade técnica deste programa. A investigação baseia-se principalmente no método da análise do discurso, proposta por Michel FOUCAULT (1987), para poder revelar, o quanto o imaginário sociológico e a concepção de um espaço artificial (espaço concebido, conforme LEFEBVRE) influencia a atuação dos atores sociais dos órgãos públicos. Este imaginário contrasta bastante com o espaço percebido (vivenciado) no cotidiano dos moradores das Vilas Rurais, o que será o tema do quarto capítulo.

3.1 O DISCURSO QUE LEGITIMA A AÇÃO DO ESTADO

Conforme FOUCAULT (1987), para se analisar uma formação discursiva é preciso ficar no campo da existência das coisas ditas, para compreender o enunciado na sua singularidade, e não através de interpretações de conteúdos das entre-linhas de outras formações discursivas ou até suposições não justificáveis pelos enunciadores do discurso. Contudo, buscando-se a presença empírica do discurso não significa dizer que os enunciados empíricos não evoquem também imagens enunciativas.

Para FOUCAULT (1987), a formação discursiva é “um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em

uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que empregue tal ou qual enunciação, para que utilize tal conceito, para que organize tal ou qual estratégia” (FOUCAULT, 1987, p. 82). Desta forma, cada discurso é resultado de intenções, objetivos, mas também de condicionantes que evocam uma determinada imagem sobre os seus objetos.

A formação discursiva representa um conjunto de práticas que são “...de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma data, épocas e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa” (p. 134). Cabe salientar que as práticas discursivas são complexas. Constituem-se, num dado momento social e histórico, como um saber que é fonte de disputas, uma vez que o discurso deixa, a partir de seus enunciados, lugares vazios em que diferentes sujeitos poderão ou terão direito de entrar ou sair. Desejos de posse, desejos de refutação regras que demarcam o que pode ser dito ou não determinam também a sua configuração e, assim, o que é possível a ser pensado ou enunciado.

As práticas discursivas e seus enunciados não são meras formulações de frases baseadas em regras e relações que o discurso estabelece. Também não são um conjunto de signos – ainda que admita-se que são feitos de signos – mas são práticas que formam os objetos de que falam e usam mais do que signos para designar determinadas coisas. ”E é esse mais que o torna irreduzível à língua e ao ato da fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (p.56).

Para entender como os sujeitos se apropriam dos discursos, FOUCAULT (1987) analisa o enunciado como um objeto que é um:

Objeto entre os que os homens produzem, manipulam, utilizam, transformam, trocam, combinam, decompõem e recompõem, eventualmente destroem. Ao invés de ser uma coisa dita de forma definitiva – e perdida no passado como a decisão de uma batalha, uma catástrofe geológica ou a morte de um rei – o enunciado, ao mesmo tempo em que surge em sua materialidade, aparece com um status, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece em transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquiva, permite a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na origem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade (p.121).

FOUCAULT (1987) aponta-nos, portanto, as características sociais destes objetos. Eles são desenvolvidos por atores sociais com interesses variáveis e até manipuláveis: uma vez que o discurso não é definitivo, permite apropriações, ressignificações e, desta forma, faz parte de um jogo político e, social e cultural.

Os enunciados, entretanto, não podem ser vistos como apenas passíveis a qualquer modificação e atualização. FOUCAULT (1987) ressalta que eles apresentam-se também dotados “de uma constância que permite utilizações diversas, de uma permanência temporal que não tem a inércia de um simples traço, e que não dorme sobre seu próprio passado (...) o enunciado tem a particularidade de poder ser repetido: mas sempre em condições estritas” (p.121).

As colocações de FOUCAULT podem ser observadas com muita clareza na análise do discurso em torno do programa do PARANÁ 12 MESES. Este é um programa que apresenta bastante fluidez nos seus objetivos e conceitos durante a época de sua existência, visto que os interesses acerca do projeto modificaram-se até hoje e ainda surgem outros conceitos e objetivos que são incorporados ao discurso, como o conceito de conservação, de desenvolvimento sustentável, etc.

São quatro os fatores que condicionam a prática discursiva a partir de seus enunciados, segundo FOUCAULT (1987): domínio de objetos, sujeito do enunciado, disposição de conceitos e temas ou estratégias, fatores que serão explicitados a seguir.

Os objetos do discurso de Paraná 12 Meses são dados pelas condições discursivas que determinam o colono-modelo (família beneficiada), “provindas de prática que uma época dada dispõe, permitindo que objetos sejam utilizados, transformados e que deles se apropriem determinados sujeitos” (ARAUJO, 2000, p.61).

Os sujeitos do discurso são aqueles a quem é permitido apropriar-se do discurso. São tanto políticos e eleitores, observadores e pesquisadores, financiadores e críticos, como também os próprios vileiros, outros agricultores, interessados na agricultura e até participantes do mercado (seja local, seja global).

Os conceitos são os entendimentos da Vila Rural em base de afirmações sociológicas sobre a gradativa mudança do ambiente rural a um ambiente urbano, inclusive as modificações sociológicas. Cabe aqui também a função do conceito de *marketing* do programa, como este foi divulgado como um programa-modelo através da cooperação com o Banco Mundial.

Estes conceitos são intimamente interligados com as estratégias e temas que envolvem o discurso e são fruto de um jogo de interesses na reformulação da sociedade, principalmente na alocação e migração de trabalhadores rurais e agricultores numa época de urbanização.

3.2 O PROGRAMA PARANÁ 12 MESES

A idéia do projeto Paraná 12 Meses vem claramente de uma concepção modernizante da agricultura, baseada num projeto do desenvolvimentismo. O programa foi projetado pela primeira vez no ano de 1995 e, a cada ano, era renovado com novas medidas de atuação. Porém, no atual governo estadual foi extinto o programa. Tratava-se, assim, de um programa com um permanente fluxo de idéias e projetos, mas que mantinha sempre alguns componentes.

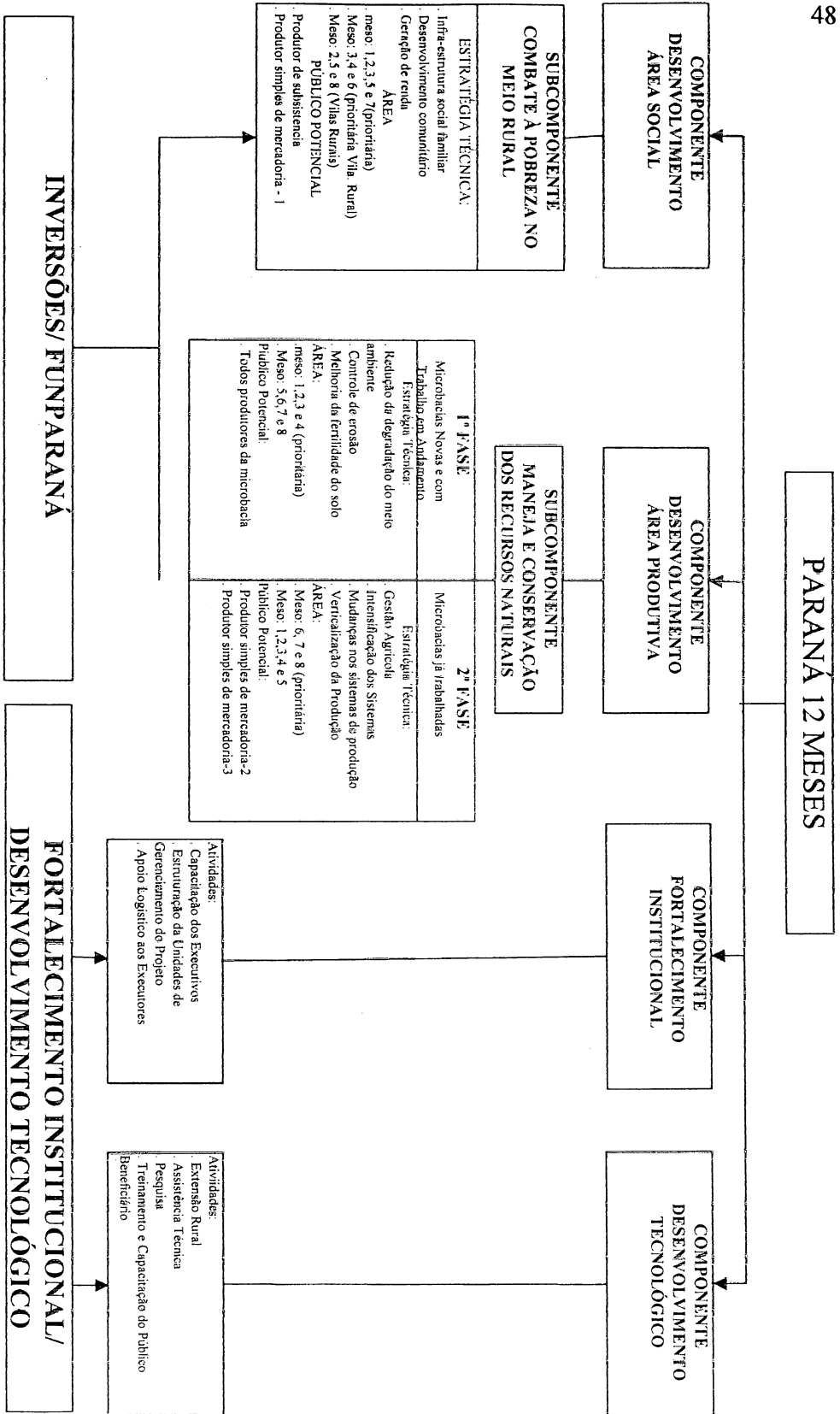
A estrutura do Programa Paraná 12 Meses compõe-se de quatro componentes:

- Desenvolvimento da área social;
- Desenvolvimento da área produtiva,
- Desenvolvimento da área institucional
- Desenvolvimento da área tecnológica (fluxograma).

No componente do Desenvolvimento da Área Social existe um subcomponente denominado “combate à pobreza no meio rural” cujo público alvo são produtores mais pobres. Este componente “visa proporcionar instrumentos que possam melhorar as condições de vida nas famílias, o acesso aos serviços básicos e a geração de renda, fundamentados na organização comunitária e na capacitação profissional para atividades na agricultura ou fora dela” (Governo do Paraná, 1997, citado por SOUZA, 2000:182).

Neste conjunto se insere também a idéia das Vilas Rurais que tem sua concepção inspirada numa teoria sociológica de Ignácio de Rangel. Na década de 1950, Rangel teorizou uma articulação entre o espaço rural e o espaço urbano para amenizar o agravamento das questões sociais e econômicas da crise agrícola que impõe mudanças profundas no modo de produzir e de viver no meio rural (SOUZA, 2000:184).

Uma experiência prática seminal do que seriam as vilas rurais já era realizada nas proximidades do município de Curitiba, na localidade de Tatuquara em 1979 com implantação de uma comunidade chamada “rurbana”, durante da gestão de Jaime Lerner como prefeito de Curitiba. Neste projeto foram assentadas 60 famílias em lotes de 5.000 m², dedicando-se principalmente ao cultivo de hortigranjeiros, porém não se teve nenhum acesso ao resultado dessa experiência (SOUZA, 2000:187).



ESTRUTURA DO PARANÁ 12 MESES (FLUXOGRAMA)

FONTE: Manual Operacional, PARANÁ 12 MESES, 1990.

3.3. A RACIONALIDADE TÉCNICA DO PROGRAMA PARANÁ 12 MESES

Em 1995, quando o governo do Estado do Paraná de Jaime Lerner implantou o Programa Paraná 12 Meses, foi rapidamente instalada uma parceria financeira através de convenio entre o Governo Paranaense e seus órgãos (COHAPAR, EMATER, IAP, SANEPAR, COPEL) com o Banco Mundial. Através dessa cooperação financeira estabeleceu-se também um vínculo de cooperação que trouxe vários técnicos e consultores internacionais do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD, uma sub-agência do Banco Mundial) ao Estado, fortalecendo a visão tecnicista, e as vezes mecanicista, de desenvolvimento.

O item “Combate a pobreza rural” previa investimentos principalmente em regiões com a maior concentração de pobreza rural no Estado do Paraná. No quadro 1 apresenta-se um resumo do programa Paraná 12 Meses e do seu principal componente Desenvolvimento da Área Social.

QUADRO 1: Síntese das principais características do programa “Paraná 12 Meses”, Componente Desenvolvimento da Área Social, Combate a Pobreza no Meio Rural, Vilas Rurais.

Ano de criação do programa	1995-6
Fontes de Investimentos	Banco Mundial-BIRD (50,5%) e Governo Estadual (40,5%)
Número estimado de Famílias a serem beneficiadas	60.000 famílias de trabalhadores rurais volantes no seu subprograma de “Vilas Rurais” no período de 1995-6
Áreas de abrangências – Vilas Rurais	Todo território paranaense, mas em especial, Regiões do Norte Novo, Norte Pioneiro e Noroeste do estado.
Objetivos gerais pretendidos pelo Programa Paraná 12 Meses	Aliviar a situação de pobreza do meio rural numa ação sustentável, apoiada na modernização tecnológica, na geração de novos empregos, na proteção ao meio ambiente e na melhoria das condições de habitação e saneamento básico da família rural. Alcançar o desenvolvimento rural e não apenas o apoio financeiro de ações isoladas.
Investimento total do programa Paraná 12 Meses	Aproximadamente US\$ 353,5 milhões
Investimento a serem aplicados no subprograma	Cerca de US\$ 216 milhões (61% do total)

Fonte: Governo do Paraná, 1995, 1996 e 1997 apud SOUZA: 2000, p.181.

No seu objetivo geral, o Programa Paraná 12 Meses prioriza ações sustentáveis no combate à pobreza rural, apoiada pela modernização tecnológica, geração de novos empregos, proteção ao meio ambiente e melhoria das condições de habitação e saneamento básico da família rural – todo estes elementos conforme as idéias políticas vigentes da época sobre o desenvolvimento sustentável (PARANÁ, 1996:10).

Quanto à elaboração, concepção e implantação do Programa Paraná 12 Meses foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) reduzir os índices de pobreza rural do público beneficiário direta e indiretamente através de ações em habitação, saneamento básico, saúde, educação, geração de renda de emprego, organização comunitária e cidadania;
- b) implantar Vilas Rurais visando a melhoria das condições de vida dos trabalhadores volantes;
- c) contribuir para viabilizar a recuperação dos solos, via manejo e uso dos recursos naturais de forma sustentada, com base em alternativas tecnológicas que aumentem a produção, a produtividade e a renda do produtor rural de acordo com a condição sócio-técnico-ambiental;
- d) apoiar mecanismos de aumento de ingressos de renda na unidade produtiva, e aqueles que propiciem maior capacidade de competição frente à abertura de mercado e a redução da participação do Estado no processo econômico.(PARANÁ, 1996:10).

O Programa identificou, a partir de um diagnóstico realizado pelo Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) com o título “Tipificação e Caracterização dos Produtores Rurais do Estado do Paraná”, vários grupos de estabelecimentos agrícolas quanto a sua lógica de sistema de produção, resultando numa definição de quatro categorias de produtores agrícolas: produtores de subsistência, produtores simples de mercadoria, empresários familiares e empresários rurais.

De forma geral podemos caracterizar essas categorias das seguintes formas:

- a) Produtores de Subsistência (PS) são produtores com pequena área de terra (menos de 10 ha), que cultivam produtos alimentícios para consumo próprio, baixo uso do capital, resumido a ferramentas de uso

manual e, eventualmente, equipamentos de tração animal. A receita mensal é inferior a um salário mínimo. Geralmente parte significativa da renda familiar é proveniente da venda de trabalho.

- b) Produtores Simples de Mercadoria (PSM) são produtores com áreas inferiores a cinquenta hectares. O sistema produtivo está relacionado a produtos alimentícios e pequenos animais (principalmente suínos) e, em algumas regiões, no algodão. O baixo uso de capital concentra-se em equipamentos de tração animal, insumos agroindustriais e em menor escala em máquinas e equipamentos motomecanizados. A receita mensal familiar é inferior a cinco salários mínimos. A mão de obra utilizada no estabelecimento é predominante familiar.
- c) Empresários Familiares são constituídos por produtores com área de propriedade entre 25 ha até 120 ha. Os sistemas de produção baseiam-se em produtos agroindustriais (soja, algodão, etc.) ou na criação de animais (aves, suínos, bovinos de leite). O capital está concentrado em equipamentos, máquinas e insumos agro-industriais. Tem intensa relação com o mercado e possui pequeno índice de contratação de mão de obra com forte participação da família nos trabalhos.
- d) Empresários rurais são produtores com área média acima de 250 hectares. O sistema produtivo está baseado em animais de grande porte (bovinos) ou produtos agro-industrial (soja, trigo). Todas as atividades são voltadas para o mercado e a mão de obra é exclusivamente contratada (PARANÁ, 1996:14-5).

Apesar de todos os produtores do Estado poderem participar do projeto, a prioridade para apoio financeiro é para os agricultores classificados como produtores de subsistência e produtores simples de mercadoria.

O Programa oferece, entre diversas ações, apoio financeiro, estimulando investimentos e empreendimentos de interesse das comunidades rurais envolvidas. Além disso, promove um processo de organização e participação destas comunidades, fortalecendo sua inter-relação com o nível administrativo municipal e desenvolveu ações que compatibilizam os aspectos de proteção ambiental os de uso agrícola nas áreas de atuação do Programa. Os instrumentos de apoio financeiros estão ligados a uma

linha de crédito denominados Linha de Apoio Financeiro – FUNPARANÁ e as Inversões, ambas com recursos provenientes do BIRD e Tesouro do Estado com o objetivo de proporcionar condições mínimas necessárias à melhoria da qualidade de vida dos beneficiários do Projeto.

A forte lógica tecnocrática do programa é visível em vários aspectos. Primeiro, o objetivo é claramente uma integração de produtores de subsistência e de produtores simples no sistema capitalista, através de uma mercantilização das suas relações de produção. Observa-se também, através da categorização, que a unidade familiar não foi levada em conta como campo principal, mas domino um imaginário da família que define esta forma de reprodução social apenas conforme o seu principal responsável e sua atuação econômica. Também, os problemas do funcionamento das unidades produtivas são vistas pelo lado técnico, visando à possibilidade de créditos, mecanização e melhoramentos dos produtos. Todos estes aspectos parecem características para uma racionalidade técnica que, diga-se de passagem, não oferece nenhuma possibilidade de participação ativa e democrática, e assim social, na definição dos objetivos do Programa pelos atingidos.

3.4. IMPLANTAÇÃO DAS VILAS RURAIS

Como já foi dito, as Vilas Rurais correspondem ao sub-componente “Combate a Pobreza no meio rural” que está ligado ao componente do Projeto Desenvolvimento da Área Social. A implantação das Vilas Rurais é uma mediada geográfica e planejadora para criar um espaço, no qual, pelo menos na visão dos técnicos e políticos da época, as transformações sociológicas podem ser acompanhadas.

Os objetivos principais para a instalação das Vilas são:

- a) diminuir a migração rural-urbana e vice-versa;
- b) possibilitar a melhoria das condições de vida;
- c) facilitar a posse da terra e moradia própria;
- d) possibilitar a qualificação da mão de obra;
- e) aumentar a organização social;
- f) melhorar o acesso a bens e serviços;
- g) melhorar as condições alimentares;

- h) aumentar a renda líquida familiar;
- i) melhorar integração social e familiar (PARANÁ, 1996:193).

O catálogo dos objetivos mostra, como o programa pretende inserir-se no contexto da modificação dos espaços rurais e urbanos. Opta para a criação de um espaço para modificar as condições de vivência das pessoas do público-alvo. O objetivo original da implantação das Vilas Rurais era a localização das vilas próxima aos centros urbanos do Estado (distritos e sedes municipais), visando a melhoria das condições de vida principalmente de trabalhadores rurais volantes. Pretendia-se possibilitar um melhor acesso dessas pessoas ao mercado de trabalho, seja com atividades agrícolas e não-agrícolas, e aos serviços públicos (saúde, educação, transporte público).

Os objetivos específicos esclarecem esta intenção com mais “fantasia sociológica”:

- a) proporcionar melhores condições de moradia aos trabalhadores rurais volantes atendidos, fixando-os em seu próprio meio;
- b) melhorar as condições alimentares do público-alvo, através da produção de alimentos de subsistência em sua propriedade;
- c) melhorar o despenho profissional dos trabalhadores rurais volantes e seus familiares nas atividades agrícolas e não agrícolas do setor rural;
- d) contribuir para o aumento da renda familiar através da capacitação de mulheres e jovens, em ofícios possíveis de serem absorvidos pelo mercado próximo ou local;
- e) melhorar as condições sociais da família através de adequado atendimento sanitário, educacional e de lazer;
- f) proporcionar mão de obra qualificada à disposição da produção agrícola;
- g) contribuir para a eliminação do trabalho infantil e a regularização do trabalho juvenil;
- h) contribuir para a melhoria das condições de saúde e segurança no trabalho;
- i) contribuir para que nas relações de trabalho sejam respeitados os aspectos trabalhistas e previdenciários;
- j) integrar os trabalhadores rurais volantes e seus familiares ao sistema Nacional de Emprego (SINE) assegurando a melhoria das condições de

trabalho e propiciando novas oportunidades, agrícolas e não-agrícolas, de geração de emprego e renda;

- k) apoiar a organização da categoria, diretamente ou através de suas entidades representativas;
- l) disseminar o associativismo incentivando a organização comunitária (PARANÁ, 1996:194-5).

Este conjunto de medidas demonstra que as Vilas Rurais são um espaço concebido, onde agricultores e trabalhadores rurais podem e devem inserir-se, com a sua plena vivência, num ambiente diversificado de relações de trabalho conforme a idéia da pluriatividade. Para isto, servem todas as medidas de profissionalização, de mercantilização das relações produtivas e de fortalecimento da organização interna dos vileiros.

Com a intenção de atingir tais objetivos, os municípios que participam do Programa precisam cadastrar as famílias que seriam beneficiadas. Os critérios desta seleção deveriam ser os seguintes:

- a) ser trabalhador(a) rural volante, que desenvolva prestação de serviço às categorias de produtores mais capacitados, conciliando os de períodos de baixa demanda de trabalho com as explorações nas suas áreas;
- b) preferencialmente com a família numerosa e residindo em sub-habitação;
- c) ser morador no município, com preferência para aqueles com mais de dois anos de residência;
- d) não possuir qualquer imóvel;
- e) exercer atividade remunerada de caráter temporário nas áreas rurais do município;
- f) atender aos critérios da COHAPAR para financiamento da habitação;
- g) possuir idade máxima de 55 anos;
- h) renda familiar entre 1 a 3 salários mínimos (PARANÁ, 1996:198).

Esta categorização deixa claro que o público-alvo não é necessariamente a clientela da agricultura familiar tradicional e estabelecida, mas muito mais o trabalhador diarista, volante nas suas ações no estado, sem propriedade de terra. O fato que, mesmo assim, um grande número de caboclos e descendentes de imigrantes agricultores entrou

no programa indicando que o programa sofreu, na sua prática, uma modificação que não necessariamente antige diretamente a clientela prevista, mas transforma o programa em base do seu discurso modificado numa medida em fortalecer a agricultura familiar, inclusive com o objetivo em transformar o trabalhador rural assalariado num pequeno agricultor.

3.5 A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS VILAS RURAIS NO PARANÁ

Esta transformação do Projeto das Vilas Rurais, que partiu do objetivo de fixar os trabalhadores rurais nas periferias das cidades e agora termina num programa de uma agricultura familiar reduzida, é também visível na distribuição geográfica das Vilas Rurais. No mapa abaixo podemos observar as localidades das Vilas Rurais implantadas. Observa-se que a maioria das vilas encontra-se em regiões onde, durante os anos 60 e 70 do século passado, avançava a frente agrária, tanto no que se denominava Paraná Velho, onde a produção de grãos substituiu a criação de gado, como no Norte, onde a plantação de açúcar e a introdução da soja expulsou a cafeicultura e também na Sudeste, onde avança a agricultura mecanizada gaúcha.

Por isso, não é surpreendente o fato que uma grande parcela da população permanece ligada à agricultura. Principalmente, na região Sul esta taxa é extremamente alta provavelmente por causa da expulsão e diminuição da agricultura tradicional de cunho caboclo e colonial.

Mapa 1- Localização das Vilas Rurais

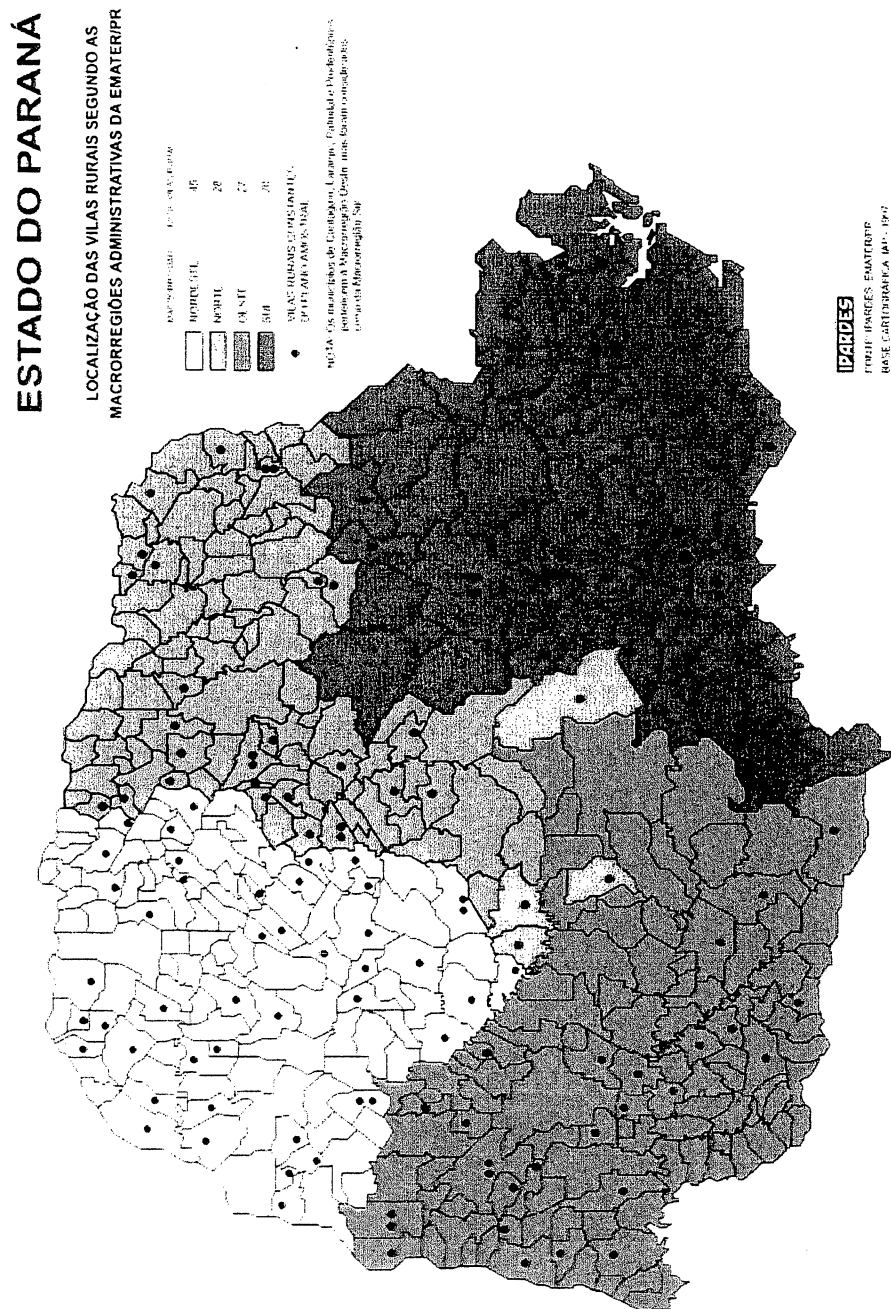


TABELA 1. Distribuição das famílias segundo os tipos de atividades principais dos membros ativos, nas Vilas Rurais das Macrorregiões Nordeste, Norte, Oeste e Sul do Paraná.

Tipo de Atividades	Noroeste(%)	Norte(%)	Oeste(%)	Sul(%)
Agrícola	56,4	48,8	49,3	60,7
Pluriativa	23,1	26,8	29,3	19,7
Não agrícola	17,3	12,4	16,0	18,0
Desemprego	1,6	1,3	2,7	0,8
Inativos	1,6	0,7	2,7	0,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo-IPARDES/EMATER-PR, 1999.

Os dados da tabela 1 demonstram este forte direcionamento do Programa ao setor agrário, a pesar de um grande impulso discursiva para atividades não-agrícolas, conforme relata SOUZA (2000) em sua tese de doutorado. Em muitos casos, as famílias beneficiadas resistiam até hoje nas atividades agrícolas, principalmente na região Sul, mostrando que a agricultura familiar dispõe, mesmo frente à transferência geográfica de moradores para outras áreas, de um grande potencial de resistência, provavelmente devido a forte socialidade entre a população rural dos agricultores de pequeno porte.

TABELA 2: Vilas Rurais da Macrorregião Sul da EMATER/PR

Nº	Vila Rural	Município	Regional EMATER
01	Bom Jesus	Arapoti	Ponta Grossa
02	São Francisco	Cantagalo	Guarapuava
03	Boa Vista	Inácio Martins	Irati
04	Vila Nova	Ipiranga	Ponta Grossa
05	Futuro	Irati	Irati
06	Vila Feliz	Ivaí	Ponta Grossa
07	São Caetano	Laranjal	Guarapuava
08	Real	Palmeira	Ponta Grossa
09	Alta Floresta	Palmital	Guarapuava
10	Guaragi	Ponta Grossa	Ponta Grossa
11	Beira Rio	Prudentópolis	Guarapuava
12	Nova Geração	Rebouças	Irati
13	Esperança	Rio Negro	Lapa
14	União Triunfense	S.J. do Triunfo	Ponta Grossa
15	Jardim Pérola do Iguçu	S. Mateus do sul	União da Vitória
16	Jardim do Ervaí	S. Mateus do Sul	União da Vitória

17	Nova Esperança	Teixeira Soares	Irati
18	Santa Rosa	Tibagi	Ponta Grossa
19	Santa Luzia	Tibagi	Ponta Grossa
20	Gralha Azul	Ventania	Ponta Grossa

FONTE: Projeto Paraná 12 Meses – Avaliação da Atividade Vilas Rurais/IPARDES, 2000, p.78.

Na tabela acima encontram-se as Vilas Rurais e municípios correspondentes da macrorregião Sul da EMATER. Esta região é caracterizada por grande polaridade entre o latifundiário tradicional, hoje muitas vezes transformado em lavouras de soja e milho, e pequenas propriedades, ambos de cunho caboclo ou europeu. Esta região se localiza geograficamente no leste e centro-sul do estado do Paraná e a sua ocupação remonta historicamente aos meados do século XVIII e cujas atividades principais tiveram envolvido na busca de ouro, no tropeirismo e, mas tarde, nas atividades extrativistas da erva-mate e da madeira. O processo de desarticulação principalmente das pequenas propriedades iniciou-se principalmente a partir dos 1970 pelo forte modernização e causou um enorme êxodo rural, aumentando as periferias das cidades médias e pequenas na região.

Todas as Vilas Rurais que serão objeto de estudo para esta pesquisa, se encontram na Macrorregião Sul da administração EMATER/PR, que corresponde à região do Paraná Antigo. Os dados apreendidos na Avaliação da Atividade Vilas Rurais (IPARDES, 2000), verificou-se entre as 120 Vilas Rurais pesquisadas que a macrorregião sul tinha a maior porcentagem de famílias em atividades agrícolas (60,7%) em relação a demais macrorregiões, enquanto as práticas pluriativas detinham na macrorregião Sul a sua menor taxa, com apenas 19,7%. As demais macrorregiões correspondiam na pluriatividade com 23,1% à Noroeste, e Norte e Oeste respectivamente com 26,8% e 29,3%.

As condições históricas da região Sul já mostram, como o imaginário social do governo e a realidade vivida se confrontam. Trata-se de um exemplo clássico da divergência entre um espaço percebido (pelos moradores na sua realidade cotidiana) e um espaço concebido (pelo governo e os planejadores das Vilas Rurais). Por isso, pesquisamos no próximo capítulo a realidade vivida dos vileiros, para avaliar quais as chances da expressão plena da sua socialidade neste espaço artificialmente criado.

4. VIVÊNCIA E SOCILALIDADE NAS VILAS RURAIS

Para se entender a relação entre o espaço concebido da Vila Rural, desenvolvido em base das reflexões e visões do governo, e o espaço percebido dessas localidades, sendo estes espaços vivenciados pelos próprios vileiros, foram feitas várias entrevistas – ambos com técnicos da EMATER representando o governo e vileiros embutidos nas vilas através do seu mundo vivido. As entrevistas se referem principalmente ao assunto da socialidade e dos conflitos nas vilas.

Este estudo, porém, não é uma proposta pela qual pretendeu-se estudar analiticamente uma determinada realidade, de modo a captar o máximo de informações possíveis. Trata-se, contudo, de uma avaliação que pesquisa o profundo sub-substrato que Maffesoli denomina socialidade. Esta socialidade nos parece responsável em garantir a sobrevivência de indivíduos e grupos sociais da tradicional agricultura familiar, numa situação de modificação das suas relações sociais. Nos parece também interessante mencionar que isto até acompanhou as reflexões do governo, quando colocaram os vileiros num contexto social híbrido, posicionando-os entre a cidade e campo. A socialidade, entretanto, em muitos casos, tornou-se uma estratégia das populações rurais para manter a sua própria reprodução social, contra as intenções do governo e demonstra, assim, que é um elemento de resistência contra o Programa.

As informações contidas na Avaliação da Atividade Vilas Rurais/IPARDES-1999 proporcionaram o agrupamento de um considerável volume de informações, todavia, os dados quantitativos agrupados nos escritórios regionais da EMATER parecem superficiais considerando a explicação de uma realidade vivenciada da agricultura familiar. A utilização de técnicas qualitativas não apenas enriquece o trabalho com mais detalhes, mas permite neste contexto atingir questões de relacionamento social e de estruturação do mundo vivido, que geralmente fugiram de vista dos trabalhos técnicos. Por isso, a pesquisa apresenta um determinado grau de complexidade de descrição que permite captar vagamente esta dimensão.

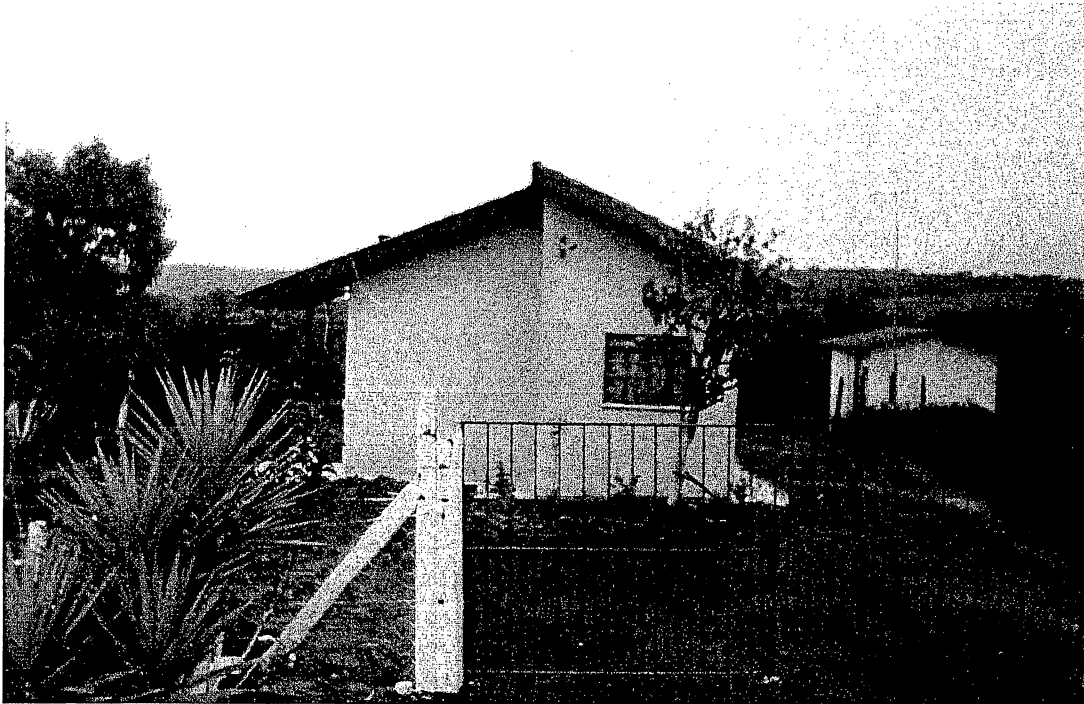


FOTO 1: Domicílio padrão das Vilas Rurais. Fonte: O autor, 2004.

Entrevistas semi-estruturadas deram um forte apoio para a obtenção destes dados qualitativos (ANEXO 1), e a estrutura do roteiro foi permanentemente reformulada de acordo com cada ator social entrevistado. A escolha dos entrevistados foi feita conforme empatias pessoais e a avaliação do valor das informações de cada entrevistado. Como as vilas apresentam fortes conflitos sociais, isto poderia prejudicar as informações dos informantes divergentes o que restringe de certo modo o número de informantes. Questões como representatividade e explicação analítica da realidade ficaram, por isso, em segundo plano, mesmo não sendo completamente descartadas. Os principais atores sociais entrevistados foram membros de famílias morando em Vilas Rurais de Irati (02), São João do Triunfo (02) e Ponta Grossa (03), além de Técnicos da EMATER. A pesquisa de campo foi ainda enriquecida em conversas informais com outros atores sociais da região, todavia não contabilizados no grupo de entrevistas.

A pesquisa de campo realizada nas três Vilas Rurais dos municípios de Irati, Ponta Grossa e São João do Triunfo permitiu uma certa comparação entre realidades diferentes. A realização ocorreu em três momentos. Primeiro, no final de 2003, com a presença do orientador, que teve como objetivo de estabelecer um contato inicial e mapear os entrevistados. A segunda, em meados de 2004, teve o objetivo de coletar mais informação para o desenvolvimento do trabalho. A terceira ida ao campo, no início de 2005, tinha o sentido de resgatar algumas pendências no resultado final.

Houve uma certa preocupação do autor em manter o distanciamento necessário entre pesquisador e o pesquisado, bem como, procurou evitar uma pesquisa empiricista, onde as informações são agrupadas de modo a provar uma determinada teoria, em detrimento da verificação de elementos não necessariamente analíticos. Assim, este trabalho segue as propostas da Descrição Densa de Clifford GEERTZ, evitando um certo "operacionismo como dogma metodológico" (1989, p. 15).

4.1. VILA RURAL "FUTURO" DE IRATI – Uma luta dos líderes

A Vila Rural Futuro está localizada no distrito de Riozinho, a treze quilômetros da sede do município de Irati. Ela representa uma das primeiras vilas implantadas no Programa Paraná 12 Meses e, assim, conta com oito anos de existência. Possui trinta e sete domicílios, sendo quatro atualmente abandonados. Somente três famílias tentam sobreviver apenas da agricultura em seu lote. Os demais vileiros vivem de serviço nas fazendas ao redor da vila ou trabalham em serviço de "bico" no município de Irati. O deslocamento dos vileiros é feito à pé por cerca de seis quilômetros da vila até a rodovia para conseguir obter o transporte público para o centro de Irati. Segundo informação obtida na EMATER, os vileiros são oriundo das regiões próximas de Irati.

A socialidade da vila é bastante desestruturada, por causa de vários fatores apontados pelos entrevistados. Isto afeta principalmente a socialidade entre os vileiros, tão sonhada pelo governo. Parece que, enquanto a sociologia Maffesoliana aponta a importância da socialidade na configuração da comunidade, nesta vila rural apresenta-se uma "dissocialidade" muito forte. Vejamos, como uma família entrevistada coloca a situação.

Residente há sete anos na vila, a família Guschinski vive exclusivamente da agricultura. A família é composta pelo pai, Senhor *Alberto Guschinski*² de setenta e três anos, sua esposa Ana Guschinski de setenta e cinco anos, e o filho mais novo Rudolfo Guschinski de vinte e nove anos. Segundo a Senhora Guschinski, a família era grande, com ao todo doze filhos. Sete estão mortos, restando hoje apenas cinco. Quatro destes filhos moram no município de Irati e apenas o caçula fica junto com os pais na vila.

² Os nomes foram modificados para garantir a anonimidade dos entrevistados

O casal é natural de Santa Catarina. Está no Paraná há trinta anos, sendo dezessete anos na região do município de Irati. Sua última morada, antes de residirem na vila, foi na região de “Mato Queimado de Baixo”, numa comunidade a cinco quilômetros de onde é a vila rural. Trata-se provavelmente de uma comunidade com uma antiga tradição faxinalense. Toda vida da família trabalhava na roça. Hoje, estão morando na vila e ter sua casa própria. Para o casal é uma vitória de manter este estilo de vida. Segundo a Senhora Guschinski, foi uma das filhas que ouviu, pelo rádio, a inscrição pela COHAPAR para as famílias que quisessem se inscrever no Programa Paraná 12 Meses. Da inscrição até o sorteio foram aproximadamente seis meses.

Esta inserção da família na comunidade da Vila já aponta para um dos problemas principais da socialidade das pessoas morando em Vilas Rurais. A escolha das famílias sempre é feita por critérios técnicos por agentes do governo e muitas vezes finalizada por um sorteio. Isto cria uma situação completamente aleatória de convivência, significando que a socialidade tradicional dos moradores, que geralmente são acostumados a uma convivência de longa data em comunidades com inúmeros laços sociais, não se desenvolve, o que cria um confronto entre os dois tipos de experiência social. Numa vila rural, raramente os moradores se conheceram antes da mudança para a vila.

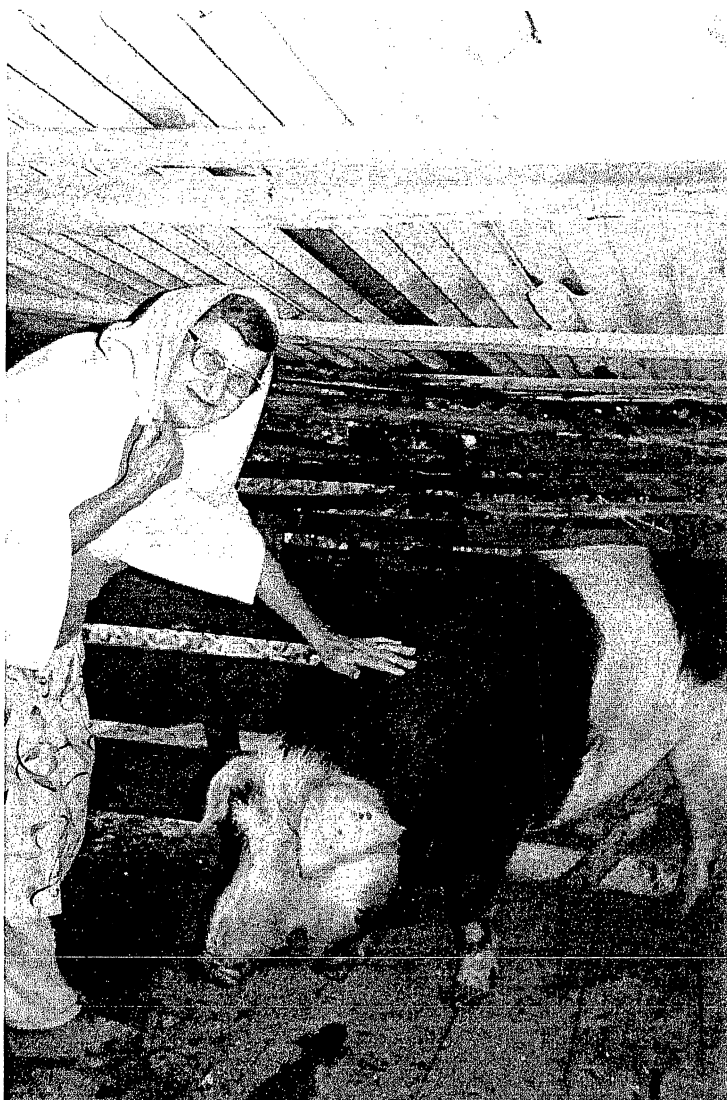


FOTO 2: Sra Guschinski.FONTE. O autor, 2004.

Se a chegada à vila pode ter sido uma grande vitória ao final da vida da família Guschinski (já que a família nunca teve uma propriedade) por conquistar um “pedaço de terra” – objetivo de luta por anos de trabalho no campo – o cotidiano do vileiro transformou-se depois num grande desafio. Tinha que enfrentar uma nova realidade, inclusive o estabelecimento de novas formas de relações, bem como com novos conhecidos. Também, a relação com o Estado, através dos agentes da EMATER se materializou em novos relacionamentos.

A redefinição do papel do Estado e sua participação na construção da vida dos vileiros podem ser notadas através do trabalho dos técnicos, que, no início, eram bastante envolvidos com os vileiros desde a medição dos lotes até seu uso da terra para

o trabalho. Esse trabalho, uma tentativa de um trabalho em conjunto, permitia que o técnico da EMATER explicitasse, na sua convivência com os vileiros, um novo modo de vida estabelecendo novas condições de sobrevivência.

Entretanto, bastante rápido, esta relação deteriorou na Vila. De acordo com o depoimento do técnico da EMATER, que acompanhou desde do início à construção, pode se perceber a seguinte situação:

No início da vila, foi muito bom trabalhar com as famílias. Eram bem interessadas no projeto. Mais da metade tinham experiência na lavoura e estavam bem entusiasmadas. Depois de algum tempo, algumas pessoas só reclamavam e aos poucos foram abandonando tudo e foram se virando em outros serviços. É uma pena, que isso aconteceu, esta vila teve muito investimento em projetos. Mas o pessoal não se interessou mais em toca-los para frente.

A situação vivida pelos vileiros no início, quando era caracterizado pelo entusiasmo e logo em seguida pelo desinteresse, também é retratada pela Senhora Guschinski:

No início era tudo bom. As pessoas eram unidas, queriam participar de todas reuniões com os técnicos da EMATER, com o prefeito e vereadores. Até conseguimos ônibus pra chegar aqui na vila. Depois, metade do pessoal desanimaram, os projetos não deram certo e as pessoas foram largando tudo, alguns foram até embora. Dá pra se contar nos dedos as pessoas que estão trabalhando nos projetos. O nosso vizinho lá de baixo já desistiu, até esta pensando em ir embora. Temos nos aqui e o nosso vizinho ali da frente, seu C., que estamos tocando os projetos de uva e kiwi.

O que se pode apurar a respeito dessas insatisfações são experiências de socialidade completamente diferente entre vileiros e técnicos. Muitos vileiros reclamam da ausência de crédito para estabelecer uma agricultura moderna, promessa não cumprida pelo governo, e sobre a pouca preocupação do EMATER com eles. Vários vileiros até nem perceberam, que eles participaram em projetos, como nunca eram verdadeiramente envolvidos numa forma participativa. Na ocasião, os projetos que a EMATER estava desenvolvendo eram o cultivo de uva, o cultivo de kiwi, estufas para flores e aves poedeiras. Além da criação de aves poederias, todas as técnicas tinham pouca relação com agricultura tradicional ou o trabalho rural das famílias. Muitos destes elementos eram elementos estranhos dentro da agricultura da comunidade, seja pelas suas técnicas, seja pelos seus ritmos sociais. Além disso, a aderência de alguns e a auto-exclusão ou exclusão de outros nos programas, com a conseqüente divergência dos mundos vividos, não permitiu o surgimento de relações mais profundas entre os vileiros.

O que piorou ainda a situação era atuação dos técnicos da EMATER, que concentraram a atenção dos vileiros a si mesmo, impedindo o crescimento natural das relações horizontais entre os vileiros.

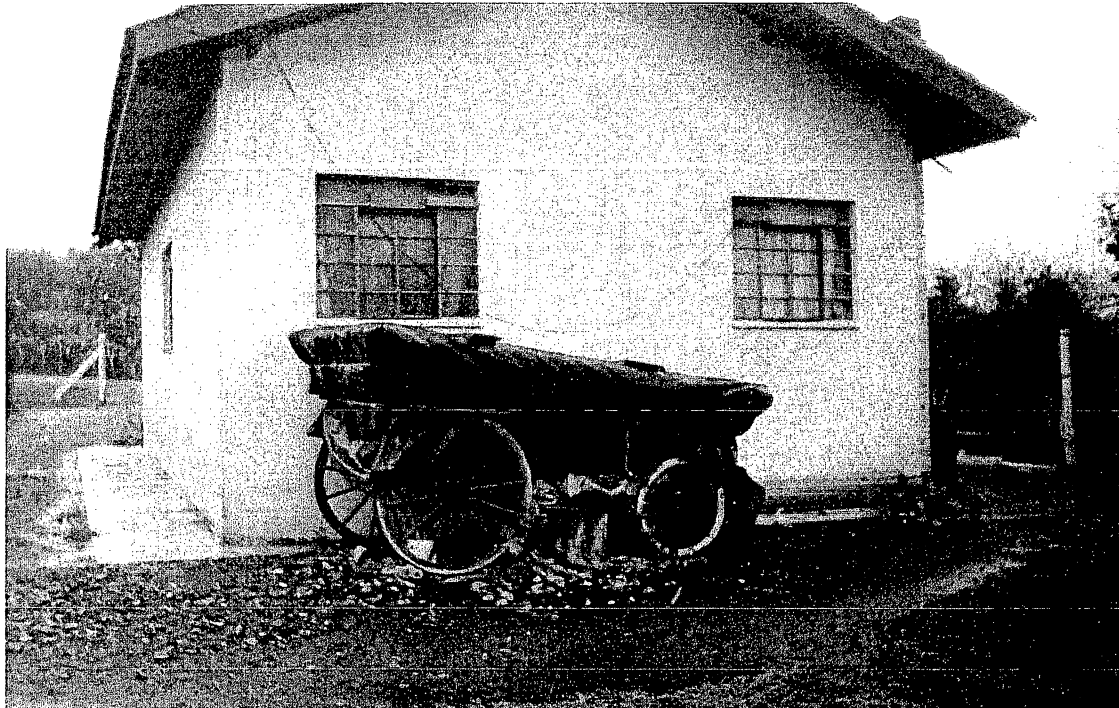


FOTO 3: Equipamento (carroça) utilizada no projeto desenvolvido pela Família Guschiski. Fonte. O autor, 2004.

Mesmo assim, para chegar a alternativas diferenciadas de produção para os vileiros, considerando as habilidades e limites de cada um, os técnicos desenvolveram um trabalho bastante intenso. Mas a mudança de atividade econômica exigia um saber qualificado dos vileiros, em relação aos seus hábitos e experiências anteriores, o que criou uma situação de constrangimento social. Segundo as pessoas envolvidas, foram realizadas diversas reuniões na sede da comunidade entre o técnico da EMATER e os vileiros interessados em desenvolver algum projeto. Este relacionamento direto entre os vileiros e o técnico da EMATER evidenciou uma reconstrução nas subjetividades dessas pessoas, deixando outras por fora.

Apesar da situação problemática na vila, o técnico da EMATER via neste espaço concebido excelentes possibilidades de viabilidade econômica devido à diversificação da produção. Decepcionado, entretanto, pelo fato que os vileiros muitas vezes não seguiram às propostas dele, tinha que assistir como tudo se perdeu em pouco tempo pelo não aproveitamento dos vileiros que moram atualmente na vila. O técnico relata:

Foram seguramente investidos cerca de quarenta mil reais em matérias para os vileiros. Conseguimos até um trator, que foi apreendido pela polícia e estava no estacionamento da delegacia. Conversamos com o juiz da comarca, que liberou para os vileiros poderem trabalhar com a terra. Porém, hoje tem algumas pessoas que não participaram desde do início da vila, que se juntaram com uma outra que na verdade invadiu um dos lotes por estar abandonado, que querem hoje desvirtuar todo o projeto. Foi devido a essas pessoas que eu abandonei os projetos. Hoje não tenho mais nenhuma ligação com as pessoas da vila. Acho pena, pois têm algumas pessoas muitas boas, como o Senhor *Gusdchinski*. Este sim é o verdadeiro vileiro. Se tem uma pessoa que participou desde do início da vila, foi ele e sua família.(...) agora vieram alguns oportunistas que se aliaram a outras pessoas dentro da vila como a presidente da comunidade, outra que não quer saber de nada (...) e vem atrapalhar tudo.

Percebe-se claramente, que o técnico da EMATER era pouco preparado para entender os processos sociais, que se seguiram através das inovações tecnológicas na vila. Descartar das originais costumes e conhecimentos tradicionais dos vileiros mostrou-se, depois, um erro profundo na atuação social do técnico. Era em consequência disso que surgiu uma briga forte dentro da comunidade.

A pessoa mais polêmica desta questão é o atual presidente da comunidade. Parece que ele invadiu um dos lotes que estava abandonado por um familiar, causando desde então muito atrito dentro da vila. Segundo o Senhor Guschinski, essa pessoa se aliou à antiga presidente da comunidade e recentemente conseguiu se eleger presidente. Em função disso, até a COHAPAR teve que regularizar sua situação na vila. Para o senhor Guschinski, o novo presidente da comunidade:

(...) é uma pessoa que veio bagunçar a vila. Chegou, aqui na vila, entrou na casa que estava abandonada, me parece que antes morava ali um parente dele, não deu certo ele ficar aqui e abandonou a casa. Depois chegou ele (...) não conseguiram tira-lo, vez bastante amizade aqui com o pessoal. Ele consegue emprego por outros aqui na vila, pois trabalha com corte de madeira. Ele ajuda as pessoas também quando precisam de carro para ir para cidade. A maior briga dele é com o material que nos temos. Ele acha que o trator não pode ficar com algumas pessoas da vila, tem que ser para todos usarem.

A presença do presidente causou um grande desconforto tanto para os vileiros mais tradicionais quanto aos representantes do Estado envolvidas no programa. A capacidade de oferecer alternativas não previstas no Programa Paraná 12 Meses, como o emprego na corte de madeira e a auto-organização de transporte numa relação clientelista (provavelmente pela falta de atenção para questões de transporte pela

administração municipal) indicam uma luta pela competência em poder organizar a socialidade dos vileiros. Enquanto a vivência do Senhor Guschinski e alguns outros preencheram as expectativas dos técnicos, o estabelecimento de relações mais efêmeras, com vínculos empregatícios de diaristas, contradizem as visões e intenções (o espaço concebido) do governo e dos técnicos. É interessante perceber, que isto causou a retirada dos agentes governamentais, e não dos intrusos.

A figura do novo presidente reflete o conceito utilizado por MAFESOLI (2001) do errante. Este é um nômade contemporâneo na busca de uma nova socialidade. São, muitas vezes, pessoas que desestabilizam de certa forma todo um processo da ordem estabelecido pela modernidade, no nosso caso este como era prevista pelo governo. Conforme bem observa MAFFESOLI (2001, p.16):

A errância é coisa do tipo que, além de seu aspecto fundador de todo conjunto social, traduz bem a pluralidade da pessoa, e a duplicidade da existência. Também exprime a revolta, violenta ou discreta, contra a ordem estabelecida, e fornece uma boa chave para compreender o estado de rebelião latente nas gerações jovens das quais apenas se começa a entrever o alcance, e cujos efeitos não terminamos de avaliar.

O que o Maffesoli pretende mostrar que o errante não existe em si mesmo, ele se estabelece numa relação excludente entre o que é considerado como normal ou padrão dentro de um corpo social de uma racionalidade convencional e o que não é. O que se congrega na materialização do errante é um misto de repulsão e fascinação sobre esta pessoa a um retorno do nosso inconsciente a um estado nascente “(...) um ato fundador: de um amor, de um ideal, de um povo, de uma cultura, e por aí revigorar a entidade em questão, redinamiza-a e lhe dá uma nova vida”. (MAFFESOLI, 2001 p. 39).

O errante tem sua estrutura ambivalente. Se por um lado o nômade põe em conflito toda uma ordem estabelecida, ele é, também, um agente pioneiro, de uma busca sem fim, de tornar as fronteiras abertas ao corpo social. Essa nova socialidade, a qual contradiz obviamente as intenções do governo, perturbou as relações sociais previstas, mas igualmente também insere a população nos novos contextos da pluriatividade e de outras relações sociais. Em seguida vimos, que o problema de visões divergentes e lutas de poder não está restrito a este caso de uma Vila Rural.

4.2 A VILA RURAL "GUARAGI" EM PONTA GROSSA – entre mercado e estado

A Vila Rural "Guaragi" fica no distrito Guaragi do município de Ponta Grossa e dista oito quilômetros da sede do distrito. Ela localiza-se numa região de pequenas e médias propriedades, com agricultores familiares de cunho colonial (alemão, italiano e polonês). Dos trinta e cinco domicílios, atualmente trinta e um estão ocupados. A Vila Rural de Guaragi teve inúmeros problemas desde sua criação há oito anos. O projeto original de construção da vila era para ser próximo a rodovia que dá acesso ao distrito de Guaragi, interligando Ponta Grossa e Irati por uma estrada de asfalto. Porém, a vila foi deslocada oito quilômetros para o interior dificultando o acesso à vila. Existe apenas uma estrada de terra para este local e, na nova gestão do prefeito de Ponta Grossa, ela não tem mais ligação de ônibus com a cidade.

Muitos dos vileiros são pessoas ligadas à agricultura, vindo principalmente de comunidades caboclas e colonos da própria região, com alguns poucos sendo trabalhadores rurais que se transferiam para Ponta Grossa. Esta Vila, também, mostra fortes indícios de desestruturação econômica e social, quase sem possibilidade de reestruturação social. Ao contrário da Vila Rural Futura, a comunidade não tem presidente.

Esta situação é bem relatada pela moradora da Vila, Senhora Amanda de sessenta e um anos, viúva. Ela reside na vila com seu filho Ronaldo de vinte e nove anos e seu neto de quatorze, filho da sua filha. A filha também mora na vila, em outra casa, com o marido e mais cinco filhos. A configuração espacial dessa família mostra uma certa reprodução da antiga socialidade da família rural através do convívio em teias familiares.

A senhora Amanda pode se dizer que é uma “veterana” de vilas rurais, pois já participou do projeto piloto das Vilas Rurais, em Tatuquara nos arredores de Curitiba por dois anos. Depois teve que retornar para Ponta Grossa para resolver problemas pessoais, onde morou com uma das filhas. Hoje ela preside o “Clube de Mães” da vila, composta por seis mulheres, que confeccionam artesanato de tecido. Este clube demonstra uma certa tentativa de reestruturar a socialidade tradicional através de um trabalho comunitário de cunho artesanal, como desejado pelas propostas dos organizadores estaduais das Vilas Rurais.

Mas segundo seu depoimento, a situação dessa Vila Rural é tão deprimente como da Vila Futuro:

A vila está abandonada,(...) é um desanimo só. Estamos perdido aqui, neste fim de mundo, sem ônibus. Isso dificulta muito a nossa vida. Estou com uma sacola de artesanato para vender e não tenho como ir. Para o senhor ter uma idéia, quando eu tenho que ir para Ponta Grossa, tenho que pensar uns três dias antes(risos). Na minha idade ter que andar oito quilômetros, até chegar no asfalto, é muito difícil. Meu filho comprou um carrinho. Teve que arrumar algumas coisa nele. Agora faltou dinheiro pra gasolina. Sem ônibus, as coisas ficam muito complicado aqui pra vila. O marido da minha filha, não pode trabalhar, ele tem varizes na perna, não pode andar muito.(...) agora veja só, se ele pode andar tudo isso pra pegar o ônibus, no asfalto? Nós tínhamos ônibus. Eu mesma consegui na época com a prefeitura, mas logo tiraram. Disseram que não compensava, dava muito prejuízo trazer ônibus até aqui. Mas o ônibus não era só para vila, era também para os moradores daqui de perto, e olha que são bastante pessoas que pegavam o ônibus, pra trabalhar.

Além deste abandono mais físico, a Vila também é abandonado politicamente. Hoje, encontra-se sem presidente, como o último presidente da associação passou o cargo para a vice presidente que assumiu por algum tempo e também abandonou. A senhora Amanda comenta:

O M. (ex-presidente da associação) desanimou. Ele até saiu daqui, fechou sua casa e se mandou. A R. que era sua vice, ficou um pouco, mas viu que o pessoal também não se interessava, acabou também abandonando.(...) Os moradores daqui são muito desconfiados, é muita desunião. Alguns confiaram no M. e começaram a arrendar suas hortas para plantar fumo. O M. achou muito interessante, mas ele mesmo se prejudicou com isso.(...) Ele pensou que era bom negócio, falou para algumas pessoas entrarem também. Só que depois viram que não era nada disso. É por isso que ele (M.) foi embora, se endividou muito com esse negocio de fumo.(...) Ele foi uma das pessoas que foi contra o pessoal da EMATER, por que eles proibiram este tipo de plantio, pois usa muito agrotóxico. A EMATER queria montar uma cooperativa e o M. foi contra (...)

De acordo com este relato, o projeto inicial que a EMATER iria desenvolver na vila rural, era a construção de uma estufa para flores, para serem utilizadas em convênio com a prefeitura de Ponta Grossa em jardins e praças públicas. Também existiriam propostas de criação de aves de postura, artesanato e hortas de verdura. Além disso, foi construído uma cozinha comunitária que hoje encontra-se desativada. Ainda existem alguns equipamentos comprados para a postura das aves, estão sem utilização.



FOTO 4: Galpão Comunitário da Vila Rural Guaragi.FONTE: O autor, 2005.

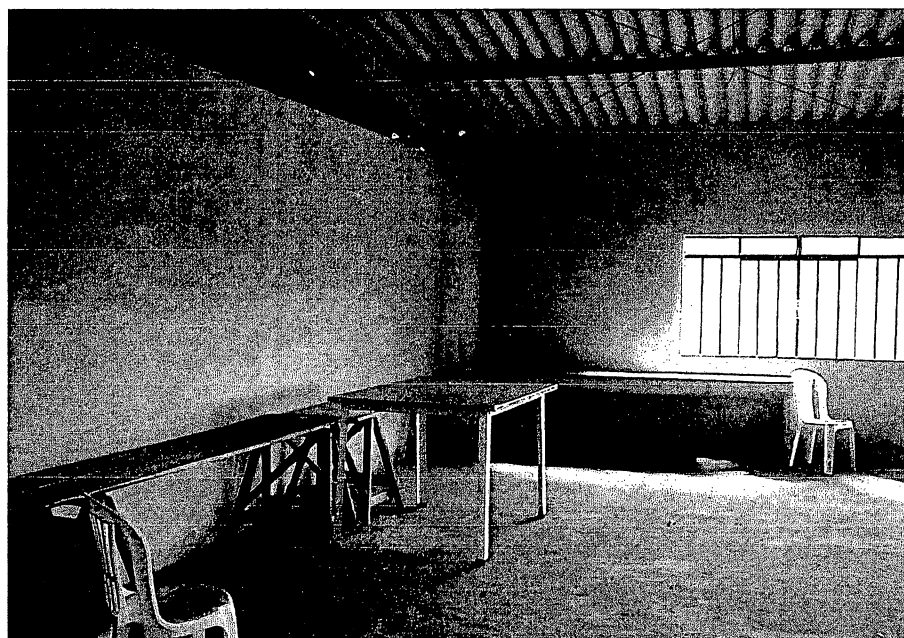


FOTO 5: Vista interna do Galpão Comunitário da V.R. de Guaragi.FONTE: O autor, 2000.

Se de algum modo os técnicos da EMATER já encontraram dificuldades na Vila Rural Futuro, em Irati, na Vila Rural de Guaragi a resistência foi ainda maior. As relações entre técnicos e vileiros foram tão conflituosas, que até hoje a situação precária da Vila é atribuída aos técnicos. Segundo a senhora Amanda:

(...) a EMATER proibia tudo. Eu queria criar algumas cabras, eles proibiram. Diziam que não podia fazer nenhuma espécie de criação de animais. Até foi atrás de uma bacia leiteira (...). Só podia fazer os que eles queriam. Queriam que a gente trabalhasse com estufa de flores, nos venderíamos as muda para prefeitura ou verduras para merendas das escolas municipais. Trouxeram os tubos de pvc e o sombrite. Agora esta tudo lá trás, destruído, com o último vendaval que teve, até pensei em arrumar tudo, mas para quê.(...) Eles queriam tudo que não danificasse o meio ambiente, tudo tinha que ser desenvolvimento sustentável, só que eles não proibiram os outros (referindo aos demais vileiros) de plantar o fumo. A gente que quis fazer tudo correto. Desde início fomos os mais prejudicados.

O que se observa neste fato é que o técnico agrícola está imbuído de ser o agente transformador, e desta forma entra diretamente em conflito com as visões dos vileiros. Não aceitar o saber e fazer do vileiro, seja nos moldes da agricultura tradicional (cabra) ou nos moldes capitalista (fumo) mostra a grande divergência das visões. Trata-se de um caso quando a incorporação de padrões tecnológicos inadequados, como aqui a idéia do desenvolvimento sustentável, se mostra estranha na experiência vivida e as suas estratégias da reprodução social.

Situações como esta colocam os vileiros numa situação ambígua, e as suas soluções diferenciadas acabam em criar conflitos internos na comunidade ou até causam o abandono do espaço social. A questão do desenvolvimento sustentável era imposto pelos técnicos do EMATER alienando as relações tradicionais dos agricultores familiares com o seu ambiente. Por isso, se de um lado encontramos total obediência a subjetividade capitalista imposta por um outro técnico agrícola, neste caso das empresas de fumo (em litígio com os técnicos agrícolas da EMATER), do outro lado encontramos uma forma dos vileiros exercerem o poder de resistência redefinindo a relação técnico/vileiro através da plantação de fumo. O que se observa é que a legitimação do serviço de extensão rural, mesmo quando não segue os padrões clássicos da racionalidade instrumental, é determinado por uma relação saber/poder. Desta forma, a tentativa de modernização e mercantilização própria por alguns vileiros apresenta-se como resistência para manter a reprodução social e a socialidade da tradicional agricultura familiar, esta neste caso ameaçada pela EMATER.



FOTO 6: Estufa para flores na Vila Rural de Guaragi.FONTE: O autor, 2005.



FOTO 7: Domicilio da Vila Rural Guaragi, ao fundo galpão de processamento de fumo.
FONTE: O autor, 2005.

A impossibilidade em defender a socialidade numa forma satisfatória está agravada por mais um problema que atinge as Vilas Rurais com força. Trata-se da questão jurídica da terra. Embora os vileiros terem legalmente a propriedade da terra, pois pagam cerca de vinte e cinco reais por mês a COHAPAR, os seus terrenos não são

reconhecidos, devido a sua metragem (5.000 metros quadrados), pelo INCRA como propriedade rural. Isso impede que os vileiros possam, por exemplo, participar de um financiamento pelo PRONAF. Mas como os terrenos da vila se encontram em áreas rurais, não podem ser reconhecidas também como propriedade urbana. Isso deixa para o vileiro um espaço híbrido, que se relaciona com sua propriedade, tornando-a “terra de trabalho” ou “terra de negócio”.

No caso específico da Vila Rural de Guaragi este caso foi resolvido pela prefeitura que tornou a área dos vileiros uma área urbana. Assim, alguns que pretendem ficar na vila consideram este terreno uma “terra de trabalho”, enquanto outros que querem sair o consideram “Terra de negócio”. desta forma, as estratégias da comunidade divergem abrindo a comunidade parcialmente ao mercado imobiliário, o que não era previsto pelo Programa Estadual.

A senhora Amanda relata que algumas pessoas já estão pretendendo vender os lotes:

Algumas pessoas estão querendo vender suas casas para o pessoal de Ponta Grossa, como retiro de final de semana (casa de campo). Eu e minha filha estamos pensando nisso, estou esperando meu outro filho voltar de São Paulo, pra ver o que nos decidimos. Assim podemos, com dinheiro daqui, mais um financiamento do Banco do Brasil, comprar um bom sitio e criar umas vacas leiteiras.

Este comentário mostra a insistência da família em manter a sua vida de agricultor familiar e deixa claro também como a lógica do Governo do Estado e da EMATER feriu profundamente as lógicas camponesas em organizar a vida e o trabalho. Eles, sim, querem manter sua socialidade e liberdade em organizar as suas relações sociais, com determinadas estratégias econômicas e práticas sociais, conforma a situação atual.

Compreendemos a “prática social” como uma forma específica de socialização que é estabelecida a partir das atividades produtivas as quais reforçam de uma certa maneira os laços de amizade, solidariedade e parentesco entre os grupos familiares e vizinhanças. A socialização é o processo pelo qual o indivíduo aprende a ser um membro da comunidade, sendo o resultado de um extenso processo de formação histórico-cultural (CANDIDO, 1987). No caso da Vila Guaragi, entretanto, não existe uma possibilidade de reprodução em base do aprendizado devido a forte intervenção do

estado na organização econômica e política da Vila. Por isso, a Vila encontra-se em estágio de dissolução.

4.3 A VILA RURAL UNIÃO TRIUNFENSE – a realização do sonho individual

A situação da Vila Rural União Triunfense é bastante diferente das duas outras. Localizada em Pinhalzinho, distante quinze quilômetros da sede do município de São João do Triunfo, a vila é composta por vinte e uma moradias, sendo dezoito com moradores. Tendo em vista que as famílias vinham desenvolvendo um modo de vida peculiar nos faxinais³ e que agora estão morando na vila rural, torna-se imprescindível resgatar, sob a ótica das próprias famílias, as mudanças ocorridas na vida delas e como as mesmas compreendem a situação vivenciada. Uma vez que os cotidianos das famílias modificaram põe-se a necessidade de reconstruir sua subjetividade em proximidade com o trabalho, a terra, experiências de liberdade ou submissão, e estranhamentos ou familiaridades com os processos coletivos e individuais.



FOTO 8: Vista parcial da Vila Rural Triunfense, quintal com plantio de milho.
FONTE: O autor, 2005.

³ O Faxinal ou “sistema Faxinal” compõem de um sistema de organização social trazida pelo povoamento ibérico é encontrado desde o começo do século XVIII na região Centro-Sul do estado do Paraná, com maior destaque na Floresta de Araucária. Trata-se de pequenos povoados rurais com atividade econômicas silvo-pastoril em áreas comuns, além de uma policultura comunitária.

Nos relatos da senhora Neuza Jegelionski, de dezoito anos, que mora com o seu marido, senhor da Silva, de trinta anos e a filhinha Alexandra de dois anos, pode se observar o resultado de um processo híbrido de miscigenização entre a vida cabocla e a vida colonial.

O casal mora na vila há dois anos. Ela veio do Faxinal dos Andradas, uma região que já nos anos 80 foi transformado em propriedades individuais, enquanto o marido vinha do Faxinal dos Rodrigues, este ainda hoje em função. A atividade de seu marido é trabalhar como diarista na roça, principalmente na cultura de fumo, feijão e milho. O seu salário por dia é de quinze reais, assim chegando no final do mês na faixa de duzentos reais, valor que dá para manter a casa e pagar um financiamento de trinta e cinco reais mensais.

Segundo comentários da senhora Jegelionski:

(...) o lugar é bom para se morar, a maioria dos moradores trabalham por dia na roça ou “bico” na cidade.(...) o pessoal que conheço aqui da vila são tudo dos faxinais.(...) Tem o Faxinal dos Andradas, dos Rodrigues, dos Ferreira (...), nos temos assistência médica uma vez por semana, lá na sede comunitária vem uma enfermeira da prefeitura. A única coisa que é difícil aqui é o ônibus. Ele sai por volta das sete da manhã e só tem outro as seis da tarde. Isso que dificulta um pouco, caso você precise sair, fica difícil. Mas no restante é bom, tenho minha casinha, ta bom demais.

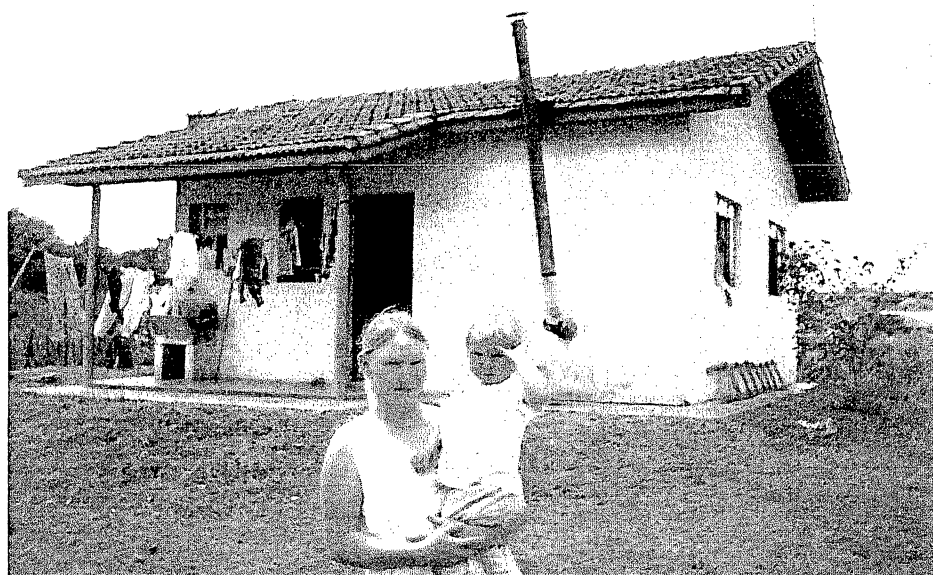


FOTO 8: Sra Jegelionski e sua filha, viliera da Vila Rural Triunfense.FONTE: O autor, 2005.

No relato da senhora pode se observar que o espaço da vila não é necessariamente visto como um espaço social, como era concebido pelo Programa, mas

como um recurso para realizar uma vida individual, sendo assim integrado o espaço vivido na sociedade atual. Assim, a casa da Vila Rural torna-se, conforme BOURDIEU (1990, p. 154) um capital simbólico da inserção na sociedade moderna:

As relações entre as posições ocupadas nas distribuições dos recursos que são ou podem se tornar operantes, eficientes, a exemplo dos trunfos em um jogo, na concorrência pela apropriação dos bens raros que tem lugar nesse universo social. Esses poderes sociais fundamentais são (...) o capital econômico, em suas diferentes formas, e o capital cultural, além do capital simbólico, forma que se revestem as diferentes espécies de capital quando percebidas e reconhecidas como legítimas.

Os moradores da Vila "Triunfo" mostram uma forte tendência de individualização, provavelmente por causa da sua pequena distância com a sede do município e a proximidade com a região de origem. Grande maioria dos vileiros vem do próprio município. Desta forma, eles ficam embutidos nas suas teias sociais já conhecidas e não vivenciam grandes modificações nas suas visões do mundo. Também, o técnico da EMATER aparece mais como um técnico de extensão do que um agente de transformação. Ele dá assistência aos vileiros na mesma forma como para outros agricultores da região, criando assim uma integração social horizontal com essa comunidade. Por isso, não se observam tanto os problemas como nos dois outros estudos de caso.

Mostra-se que, neste caso, o programa é desvirtuado para um mero programa de habitação, como os moradores tem a possibilidade, com pouca interferência dos técnicos da EMATER, em reconstruir a sua socialidade. Neste sentido, a liberdade garante um melhor empenho em realizar as visões dos organizadores do Programa Paraná 12 meses.

4.5. AS REDES DAS ESTRATÉGIAS DOS VILEIROS

Os três casos de estudo mostram que entender as estratégias e anseios dos moradores nas Vilas Rurais é fundamental para prever o sucesso ou fracasso da implementação das Vilas. A falta de conhecimento sociológico pelos técnicos, principalmente na questão como indivíduos e grupos sociais organizam o seu espaço vivido através de socialidades, se mostra como o maior obstáculo para as bem

intencionadas ações do governo. Por isso, o objetivo desta seção é demonstrar como as ações e iniciativas são formuladas pelos próprios vileiros nas Vilas Rurais pesquisadas.

Parte-se do pressuposto de que elas advêm de decisões com base em fatores que se apresentam de forma distinta para cada família. Os fatores de diferenciação dos vileiros tecem uma rede de ações, que apenas no seu conjunto garante a reprodução. Em cada família a situação é diferente. De um lado, encontramos uma organização da família em base dos recursos da terra e do trabalho e, de outro lado, tem-se o conjunto das práticas sócio-espaciais (com suas tradições, costumes, conhecimentos, histórias familiares) que os membros da família exercem. Tanto um aspecto, quanto o outro desempenham alguma função no momento de uma tomada de decisão.

Muitas vezes, os vileiros confrontam os recursos existentes nos estabelecimento com as limitações e possibilidades oriundas do ambiente externo. Como foi observado nas entrevistas, aqueles que possuem recursos mais diversificados e flexíveis nos processos vigentes na sociedade tiveram maiores possibilidades de permanecer na atividade proposta. No entanto, cada vileiro, dispendo de um conjunto de fatores variáveis, pode adotar diferentes estratégias de reprodução. Um maior número de possibilidades da inserção na sociedade mostra-se mais adequado e, por isso, muitos agricultores familiares, inclusive os vileiros, buscam uma junção entre atividades agrícolas ou não-agrícolas. Nesse sentido, podemos observar o modo em que são formuladas as estratégias de reprodução para SCHNEIDER (1999,p.117):

A reprodução é, acima de tudo, o resultado do processo de intermediação entre essas duas esferas (intra-familiar e externa), onde cabe à família e a seus membros um papel ativo, em que suas decisões, estratégias e ações podem trazer resultados benéficos ou desfavoráveis à sua continuidades e reprodução.

Essa maneira de entender a reprodução da agricultura familiar vai de encontro com as idéias de CHAYANOV (1974) que, partindo da família como unidade central de tomadas de decisões e formulação de estratégias de reprodução, considera a diferenciação demográfica (na verdade, trata-se da diferenciação dos papéis sociais na família) como um fator fundamental na escolha do conjunto de ações a serem desenvolvidas. Cada família determina a quantidade de mão de obra existente no estabelecimento, podendo se apresentar como possibilidade ou como impedimento para a realização de determinadas atividades, ou seja, implica no tipo de estratégia utilizada. Na sua escassez, a estratégia deverá ser reformulada no sentido de privilegiar outros

aspectos fora a mão de obra, como terra ou tecnologia. Na sua abundância, a estratégia será desenvolvida no sentido de aproveitar o potencial de mão de obra existente.

Neste contexto, as ações dos técnicos da EMATER e as propostas do Governo através de programas de mercantilização não ajudam, porque eles misturam questões da socialidade com questões da mercantilização. Como os vileiros sempre visualizam alternativas de mercantilização para sua reprodução (inclusive a sua reprodução social), eles às vezes participaram de projetos voltados à integração agroindustrial. No caso da Vila Rural Futuro de Irati, a produção de Kiwi e uva, na Vila Rural de Guaragi o galpão comunitário para postura de aves e estufas de flores, são vistas por eles apenas como alternativas (possibilidades e ofertas), e não como obrigações ligadas à manutenção de uma certa socialidade. precisa-se claramente separar estas duas esferas.

Isto explica um pouco o "sucesso" das atividades ligadas a emergência de agroindústrias de diversos setores. Neles, os vileiros envolvidos nos projetos passam a implementar uma nova forma de organização apenas do processo produtivo, através do estabelecimento do contato de compra e venda de produtos. Socialidades como agroindústrias, cooperativas ou uma outra forma de organização mercantil representam apenas um aspecto parcial da sua vivência, e não por completo, como era prevista na Vila Rural.

Passando a produzir sob um determinado padrão produtivo, o agricultor passa também a depender das normas técnicas exigidas pelas agroindústrias, que define o padrão do produto a ser utilizado. Ao integrar-se a este padrão técnico-produtivo, ele, sim, aprofunda o seu grau de dependência através da mercantilização, mas pode preservar socialidade. No caso da produção do fumo, adotada por alguns vileiros da Vila Rural de Guaragi, observamos que o vileiro tem o objetivo de conseguir, através do trabalho de sua família dispor de uma alternativa que lhe possibilite a sua reprodução social em base de uma nova forma econômica.

Visto estas reflexões é de fundamental importância em diferenciar os dois aspectos, o social e o econômico, para poder melhor entender a reprodução social através de um padrão de vida, e não de um padrão tecnológico. A visão modernista de uma vida satisfatória se confronta diretamente, neste sentido, com a pluralidade pós-moderna nas teias das estratégias dos Vileiros. A visão das Vilas nos olhos do Governo, como espaço restrito a uma determinada forma de vida se confronta diretamente com a flexibilidade pós-moderna dos moradores em integrar-se em diversas formas nas relações sociais nos seus respectivos espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema desse trabalho foi analisar as estratégias de reprodução de famílias residentes nas Vilas Rurais, beneficiadas pelo Programa de política pública denominado de Paraná 12 Meses. Procurou-se investigar, em que forma o cotidiano dessas pessoas se reproduz nos moldes da agricultura familiar numa época que chamamos comumente a pós-modernidade. Para isso, foram escolhidas três localidades concretas no Segundo Planalto Paranaense, uma região onde se encontram a agricultura tradicional e a moderna. As três localidades são Vilas Rurais dos municípios de Irati, São João do Triunfo e do distrito de Guaragi no município de Ponta Grossa. A análise delas se baseou ambos em reflexões teóricas sobre a situação sociológica dos vileiros, como também em investigações empíricas de várias famílias-moradores nessas vilas, utilizando os seus relatos sobre as suas vivências e conflitos. Isto acontece, principalmente, através de uma “descrição densa” no estilo de Clifford GEERTZ (1989). Esta representação científica foi escolhida por causa do fato que várias “variáveis” da vivência complexa do campesinato fogem dos métodos tradicionais da geografia e sociologia. Conseqüentemente, o referencial analítico procurou contemplar visões de intelectuais sobre a modernidade, a pós-modernidade e a inserção da agricultura familiar de formas menos ortodoxas, em procura da compreensão da socialidade magmática da população rural, que se expressa subterraneamente em todas as ações e estratégias sociais e econômicas desta população.

Neste trabalho, pode-se verificar que as transformações sociais e as lutas cotidianas nas Vilas Rurais deparam-se com grande complexidade, assim que uma análise dos problemas sociais fica difícil quando utilizados apenas os métodos tradicionais de pesquisa. A complexidade do espaço social em comunidades rurais da modernidade é conhecida. Considerando a coexistência entre antigos e novos processos de organização social, a diversidade das formas comunitárias no espaço rural nós surpreende. Às comunidades dos faxinais, dos quilombos, das aldeias indígenas, das linhas dos colonos, das regiões dos sitiantes, das áreas de chacareiros, dos acampamentos e assentamentos-Sem Terra e às comunidades semi-urbanas na periferia das cidades juntou-se ainda no Paraná, durante os últimos anos, mais uma nova forma: as Vilas Rurais.

A Vila Rural representa um espaço social concebido por cientistas e políticos como resposta a uma situação sociológica que é caracterizada por fortes transformações de segmentos rurais numa sociedade que se encontra no caminho de modernização e urbanização. Neste contexto, o conceito da Vila Rural é caracterizado por divergências de experiências sociais, os quais resultam numa “dupla hermenêutica” (GIDDENS 1991). De um lado, domina entre políticos, pesquisadores e técnicos uma visão tecnocrática-cientista de pessoas cuja vivência vem de uma classe média urbana, enquanto os camponeses, do outro lado, se inserem neste espaço social com os seus costumes e as suas tradições, criando e recriando uma vivência holística de cunho rural.

No espaço social das Vilas Rurais – e isto parece ser a esperança do cenário político e científico - poderia hospedar-se uma forma da produção familiar na agricultura, que permite uma reprodução social e econômica do campesinato diante de uma sociedade capitalista. Entretanto, observa-se que este campesinato responde com estratégias de reprodução bastante diferenciada do imaginário tradicional da agricultura familiar. Considerando que a produção familiar na agricultura possui dinâmica própria de organização, o ambiente externo à unidade produtiva é hoje caracterizado por um processo de mercantilização, este constantemente modificando a realidade sob a qual os vileiros tentem manter a sua socialidade. Desse modo, verificou-se que as estratégias de reprodução dessa população são o resultado de um conjunto de ações cujas bases dependem tanto dos recursos existentes no interior do estabelecimento familiar, quanto a sua interação com o ambiente social e econômico externo, este crescentemente mercantilizado.

Um dos grandes problemas do Programa Paraná 12 meses era atender uma população rural bastante heterogênea, incluindo bóias frias, agregados de fazendas tradicionais, caboclos e colonos, e até grupos moradores semi-urbanos e urbanos, cada grupo com estratégias diferenciadas de reprodução e diversas formas de socialidade. De acordo com o que se verificou nesta pesquisa, o sistema produtivo implementado pela EMATER para essa “população rural” não foi capaz de responder a realidade da agricultura familiar nas Vilas Rurais, haja vista o forte processo de resistência de vileiros rurais aos projetos. Observou-se, que concomitantemente ao trabalho na agricultura, muitos vileiros se viram forçados de tornar-se (ou já eram) pluriativos, dedicando-se a atividades não-agrícolas, como era, alias, uma das propostas do programa Paraná 12 Meses. Mas a previsão de uma estratégia de diversificação da renda

não seguia, necessariamente as estratégias da reprodução social dos agricultores familiares. Na medida em que surgiam novos postos de trabalhos fora do setor agrícola, a agricultura familiar tem demonstrado, sim, grande flexibilidade na organização do trabalho, de modo que integrantes das famílias possam exercer atividades não-agrícolas, a fim de aumentar o nível de renda da família. Nesse contexto, entretanto, desconsiderou-se o objetivo principal dessas famílias, o que é manter a sua socialidade. Mesmo quando se verificou um processo de mercantilização da força de trabalho, onde o vileiro é inserido no circuito mercantil não através da sua produção, mas pela exploração de sua mão de obra, seja como trabalhador diarista no serviço rural ou no trabalho urbano, as famílias estavam na busca de um conjunto social. Este conjunto não depende necessariamente das profissões, mas bastante das relações sociais. Dessa forma, não se pode estudar o meio rural em si mesmo, mas este deve ser analisado como componente de um conjunto social mais amplo, no qual faz parte juntamente com o urbano. Podemos assim pensar este processo como “urbanização sem cidades” do campo, no qual o meio rural vem assumindo outras configurações que não são necessariamente voltadas a atividades primárias, mas a outros tipos de atividades ligadas aos setores secundários e terciários.

Para GRAZIANO DA SILVA (1999), em uma interpretação do “novo rural”, pode-se compreender as Vilas Rurais como um processo dessa “urbanização” do campo, que se refere à implantação de núcleos habitacionais rurais para as famílias de bóias-frias, constituídas de infra-estrutura social, tais como transportes, comunicações, energia elétrica, saúde, educação etc. (GRAZIANO DA SILVA 1999). Também SCHNEIDER (1994) caracteriza um espaço denominado continuum rural-urbano, sendo este incorporado no processo de perurbanização. Com o surgimento de espaços que combinam ao mesmo tempo aspectos rurais e urbanos, emerge um tipo próprio e característico de relação de trabalho que se baseia na pluriatividade dos trabalhadores. Nesse sentido, o que estamos presenciando nas Vilas Rurais é, sim, uma configuração de uma nova ruralidade, onde o campo também recebe políticas públicas que antes eram quase que exclusiva das cidades. Mas observa-se, que estas políticas ainda não alcançaram um entendimento completo das socialidades rurais que se formam sob essas condições, e por isso o presente estudo não deve ser considerado como conclusivo, mas apenas uma primeira aproximação com a realidade das Vilas Rurais.

O aprendizado com o presente trabalho, portanto, tem um duplo significado. De um lado, a análise de representações sociais nas políticas públicas, como as Vilas

Rurais, mostra grandes divergências na construção do espaço concebido. Por outro lado, verificou-se que a agricultura familiar é uma forma social, no espaço vivido, que vem se reproduzindo historicamente sob diferentes realidades sociais, políticas e/ou econômicas, tendo demonstrado uma substantiva capacidade de formular e reformular-se com novas e diferentes estratégias de reprodução social e econômica. Isto claramente demonstraram os exemplos empíricos desse estudo.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo/Campinas: HUCITEC/UNICAMP, 1998.
- ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
- BENJAMIN, W. **Obras escolhidas III**. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- BOUDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: brasiliense, 1990.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- _____. **Sociologia**. São Paulo: Atica, 1983. (organizado por ORTIZ, R.).
- BRANDERBURG, A. **Agricultura familiar: ONG's e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Ed. UFPR, 1999.
- CARLOS, Ana Fani Alexandre. "A geografia brasileira, hoje: algumas reflexões". In: Terra Livre. São Paulo, ano 18, vol. I, n.18, jan/jun, 2002, p.161-178.
- CHAYANOV, A. V. **La organización da la unidad económica campesina, 1974**, in mineo.
- DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- DEL GROSSI e GRAZIANO DA SILVA, J. **Ocupações das famílias agrícolas e rurais no Brasil, 1992/97**. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 37 ANAIS, Foz do Iguaçu (PR), SOBER, 1999.
- DURKHEIM, E. "As regras do método sociológico". Pensadores. São Paulo: Abril, 1978(71-156).
- IBGE. **Censo Demográfico 1970: Brasil**: Rio de Janeiro, 1973.
- IBGE. **Censo Demográfico 1980: Brasil**: Rio de Janeiro, 1983.
- IBGE. **Censo demográfico 1991: Brasil**: Rio de Janeiro, 1994.
- FRANCO JR., H. **Idade Média: o nascimento do ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FOUCAULT, M. "A governabilidade". In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HAESBAERT, R. **O Mito da desterritorização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: EDUNESP, 1991.
- GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. Brasiliense. São Paulo, 1985.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Nova Economia, Belo Horizonte, V.7, N.1, p.43-81, 1997.
- INCRA/FAO. **Guia Metodológico: diagnóstico de sistemas agrários**. Projeto de Cooperação INCRA/FAO. Brasília, 1999.
- JAMENSON, F. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1996.
- JOHSTON, R.J. **Geografia e geógrafos: a geografia humana anglo-americana desde 1945**. São Paulo: DIFEL, 1986.
- KAGEYAMA, A. **Pluriatividade e a agricultura: alguns aspectos conceituais**. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 36. ANAIS Poços de Caldas (MG), SOBER, V. dois, p.555-566, 1998 a.
- _____. **Tipologia das famílias agrícolas pluritivas**. Campinas (SP), IE, (dez), 1998b. (Texto para Discussão).
- KAGEYAMA, A e LEONE, E.T. **Uma tipologia dos municípios paulistas com base em indicadores sócio-demográficos**. Campinas, IE, 1999. (Texto para Discussão).
- KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1997.
- LAMARCHE, H. (coord.). **Agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora UNICAMP, 1993.
- LACOSTE, Yves. **Geografia. Isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra**. São Paulo: Papirus, 1985.
- LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.
- MAFFESOLI, Michel. **O instante eterno: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas**. São Paulo: Zouk, 2003.
- _____. **Elogio da razão sensível**. Petrópolis/RJ. Editoras Vozes, 2001.

_____. **A Contemplação do mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

_____. **O conhecimento comum: compêndio de sociologia compreensiva**. São Paulo, 1988.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, José de Souza. "O senso comum à vida cotidiana". In: *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, 10(1): 1-8, maio de 1998.

MARX, K. & ENGEL, F. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MEDEIROS, L.S. **Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização**. São Paulo em Perspectiva. V.11, N.dois. São Paulo, 1997.

MELLO, João B. **Geografia humanística: a perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo**. In: *Revista Brasileira Geográfica*. Rio de Janeiro: v.52, n.4, p.91-115, 1990.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1978.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. "O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica". In: GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH, s. (ORG). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1981.

MATTEI, L. **A pluriatividade no contexto do desenvolvimento rural catarinense**. Projeto rurano, 1999. <www.eco.unicamp.br>.

ROUANET, S.P. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

MOSCOVI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e pluriatividade**. Tese de Doutorado. Porto Alegre, PPG Sociologia, IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRG, 1999.

SCHUTZ, T. **Transformando a agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

SOUZA, Marcelino de. **Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no Estado do Paraná**. Campinas, 2000. Teses (Doutorado) – UNICAMP/Faculdade de Engenharia Agrícola.

TEDESCO, João Carlos. **Paradigmas do cotidiano**. Santo Cruz/Passo Fundo: EDUNISC/UPF, 2003.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

WEBER, M. **A lógica protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1985.

WIRTH, Louis. **O Urbanismo como modo de vida**. In: VELHO, O.G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967. p.97-122.

WOLFF, M. **Sociologia de la vida cotidiana**. Madri: Cátedra, 1994.

ANEXO 1: QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA	
Vila Rural _____	Município _____
Nome: _____	Idade _____ Escolaridade _____
Masc()	Fem. ()
Data ____ / ____ / ____	Entrevistado n° _____

1. Há quanto tempo reside na Vila Rural?
2. Antes de residir na Vila, aonde morava?
3. O que levou a participar do programa PR12M?
4. Gosta de morar na Vila?
5. Qual sua experiência como agricultor?
6. Participa de algum projeto dentro da Vila?
7. Existe ajuda mutua entre os vileiros? Como é a relação de ajuda mutua com os vileiros?
8. Qual a sua perspectiva em relação a Vila?